



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Coordenadoria-Geral de Fiscalização

ANEXO I

FORMULÁRIO A – ÁREA: ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19027	O Município disponibiliza em seu site ou portal da transparência a lei consolidada e atualizada referente ao Plano Plurianual (PPA) vigente?	<ul style="list-style-type: none">O Município deve demonstrar que o Plano Plurianual (PPA) vigente está publicado no site oficial da Prefeitura, em local de acesso público e sem exigência de autenticação.Deve estar disponível a versão atualizada e consolidada da lei do PPA, consolidando num documento único todas as alterações legislativas realizadas. Espera-se que os anexos do PPA tragam a última versão aprovada e que conste explicitamente (em nota de rodapé, por exemplo) quais foram as leis que alteraram o PPA originalmente aprovado.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento o orçamento municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19028	Informe o endereço eletrônico (link) do site oficial que demonstre a publicação do PPA vigente junto a seus respectivos anexos.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19027 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento o orçamento municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19029	Anexe o documento que contenha a lei consolidada e atualizada referente ao PPA vigente junto a seus respectivos anexos.	-	ANEXO	NÃO	(19027 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento o orçamento municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19030	O Município possui manual próprio que estabeleça a forma como deve ser elaborado o seu Plano Plurianual contendo, no mínimo, fluxos ou fluxogramas, prazos e responsáveis por cada etapa?	O Município deve dispor de um documento formal (manual, guia, instrução técnica) contendo orientações sobre critérios metodológicos, responsabilidades, cronograma, fluxos e demais diretrizes aplicáveis à elaboração do PPA.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento o orçamento municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19031	Anexe o documento que contenha o manual de elaboração do PPA.	-	ANEXO	NÃO	(19030 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento o orçamento municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19032	O Município disponibiliza em seu site o manual de elaboração do PPA?	O manual referido na questão anterior deve estar publicado no site oficial da Prefeitura, com acesso irrestrito ao público.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19030 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19033	Informe o endereço eletrônico (link) do site oficial que contenha o manual de elaboração do PPA.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19032 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19034	Na elaboração (ou revisão) do PPA 2026-2029, houve um servidor público da área de PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO dedicado para coordenar e acompanhar a sua elaboração ou revisão?	<ul style="list-style-type: none"> O Município deve dispor de ato normativo formal (decreto, portaria, instrução normativa ou instrumento equivalente) que designe um coordenador responsável pela condução do processo de elaboração do PPA, ainda que de forma não exclusiva. Caso a função seja desempenhada por servidor ocupante de cargo que já possua, de forma continuada, atribuições legais relacionadas à coordenação do planejamento plurianual, considera-se suficiente a comprovação da existência do cargo, bem como a demonstração de que há servidor investido nesse cargo. Caso o PPA 2026-2029 tenha sido alterado por leis posteriores, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado para a edição mais recente. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19035	O servidor público da área de PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO dedicado para coordenar e acompanhar a elaboração ou revisão do PPA 2026-2029 é efetivo?	<ul style="list-style-type: none"> O Município deve dispor de servidor público formalmente designado para coordenar e acompanhar a elaboração do Plano Plurianual (PPA) com vínculo efetivo com a administração pública municipal. • A solicitação de provimento efetivo visa assegurar maior estabilidade institucional e continuidade técnica na condução do processo de planejamento de médio prazo, alinhado às boas práticas de gestão pública. • Caso o PPA 2026-2029 tenha sido alterado por leis posteriores, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado para a edição mais recente. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19034 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19036	O órgão gestor da Assistência Social (ex.: Secretaria municipal de Assistência Social) participou formalmente do processo de elaboração (ou revisão) do PPA 2026-2029?	<ul style="list-style-type: none"> O Município deve ter contado com a participação efetiva do órgão gestor da Assistência Social (ex.: Secretaria municipal de Assistência Social) no processo de elaboração (ou revisão) do PPA, por meio de consultas, reuniões, oficinas ou envio formal de contribuições. Essa participação deve estar documentada e ocorrer de forma articulada com o setor de planejamento orçamentário, reforçando a corresponsabilidade na gestão do plano. Caso o PPA 2026-2029 tenha sido alterado por leis posteriores, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado para a edição mais recente. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19037	A Secretaria de Educação participou formalmente do processo de elaboração (ou revisão) do PPA 2026-2029?	<ul style="list-style-type: none"> O Município deve ter contado com a participação efetiva da Secretaria de Educação no processo de elaboração (ou revisão) do PPA, por meio de consultas, reuniões, oficinas ou envio formal de contribuições. Essa participação deve estar documentada e ocorrer de forma articulada com o setor de planejamento orçamentário, reforçando a corresponsabilidade na gestão do plano. Caso o PPA 2026-2029 tenha sido alterado por leis posteriores, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado para a edição mais recente. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19038	A Secretaria de Saúde participou formalmente do processo de elaboração (ou revisão) do PPA 2026-2029?	<ul style="list-style-type: none">• O Município deve ter contado com a participação efetiva da Secretaria de Saúde no processo de elaboração (ou revisão) do PPA, por meio de consultas, reuniões, oficinas ou envio formal de contribuições. Essa participação deve estar documentada e ocorrer de forma articulada com o setor de planejamento orçamentário, reforçando a corresponsabilidade na gestão do plano.• Caso o PPA 2026-2029 tenha sido alterado por leis posteriores, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado para a edição mais recente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19039	Previamente à formulação (ou revisão) dos programas do PPA 2026-2029, o município realizou diagnóstico e avaliação das principais necessidades, demandas e problemas da realidade local?	<ul style="list-style-type: none">• O Município deve realizado, previamente à formulação do PPA 2026-2029, um diagnóstico documentado da realidade local, abrangendo as principais áreas de políticas públicas e todo o território municipal. Esse diagnóstico deve ter sido baseado em dados e estudos oficiais, relatórios e indicadores, contando com a participação de órgãos da administração e instâncias de controle social e resultar em produto formal (relatório, caderno ou documento técnico) que registre as necessidades, demandas e problemas levantados, servindo de fundamento para a definição dos programas do PPA.• Caso o PPA 2026-2029 tenha sido alterado por leis posteriores, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado para a edição mais recente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19040	Previamente à formulação (ou revisão) dos programas do PPA 2026-2029, o município realizou análise do cenário fiscal e financeiro, com o objetivo de identificar eventuais restrições e orientar a definição dos objetivos, metas e alocação de recursos compatíveis com a realidade fiscal?	<ul style="list-style-type: none">• O Município deve ter realizado, previamente à definição dos programas do PPA, uma análise fiscal e financeira estruturada e documentada, contemplando pelo menos:<ul style="list-style-type: none">- Receitas: evolução da Receita Corrente Líquida, grau de dependência de transferências e potencial de arrecadação própria.- Despesas: composição entre obrigatórias e discricionárias, incluindo comportamento dos gastos com pessoal, saúde e educação.- Equilíbrio fiscal: resultado orçamentário, cumprimento dos limites da LRF e capacidade de geração de resultado primário.- Investimentos: espaço fiscal disponível para novos projetos e sustentabilidade de compromissos já assumidos.- Riscos: identificação de riscos fiscais relevantes (ex.: ações judiciais, oscilações econômicas, receitas não recorrentes).• Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes.• Principal referência técnica empregada para a questão: VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. Plano plurianual: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios: manual de elaboração. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001. 85 p. (https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2594).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19041	Previamente à formulação (ou revisão) dos programas do PPA 2026-2029, o município definiu os recursos orçamentários disponíveis para cada órgão ou entidade, com o objetivo de compatibilizar as propostas setoriais com a capacidade financeira projetada?	<ul style="list-style-type: none">• O Município deve ter elaborado, antes da definição dos programas do PPA, uma estimativa preliminar dos limites orçamentários por órgão ou entidade da administração, com base em cenários de receita, obrigações financeiras já assumidas e prioridades estratégicas. Essa definição deve ter servido como referência para orientar a proposição de programas e ações pelas secretarias, garantindo maior coerência entre planejamento e capacidade fiscal.• Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes.• Principal referência técnica empregada para a questão: VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. Plano plurianual: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios: manual de elaboração. Rio de Janeiro:	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

				<p>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001. 85 p. (https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2594).</p> <ul style="list-style-type: none">Evidências esperadas: quadros ou planilhas com a distribuição de teto orçamentário por unidade, escritórios ou comunicados internos informando os limites, registros em sistema de planejamento ou documentos consolidados com os parâmetros financeiros utilizados.						
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19042	Na formulação (ou revisão) dos programas do PPA 2026-2029, o município realizou o levantamento e a avaliação, por órgão ou entidade, dos projetos e atividades em andamento, bem como das novas propostas para o período de vigência do PPA?	<ul style="list-style-type: none">O Município deve ter realizado, antes da definição das diretrizes estruturantes do PPA, um levantamento sistemático das ações em andamento e das novas ações propostas, apresentadas por órgão ou entidade da administração pública.Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes.Principal referência técnica empregada para a questão: VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. Plano plurianual: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios: manual de elaboração. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001. 85 p. (https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2594).Evidências esperadas: formulários ou planilhas de levantamento preenchidas pelas secretarias; documentos ou relatórios consolidados de propostas setoriais.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19043	Na formulação (ou revisão) dos programas FINALÍSTICOS do PPA 2026-2029, todos os programas esclarecem o seu contexto, indicando a necessidade ou o problema público que pretendem enfrentar?	<ul style="list-style-type: none">Todos os programas finalísticos constantes do PPA devem apresentar, de forma clara e justificada, o contexto da política pública a que se referem, com a identificação da necessidade ou problema público que se pretende enfrentar. Essa contextualização poder estar registrada no próprio texto do programa (preferencialmente) ou em documento técnico de apoio à sua formulação.Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes.Principal referência técnica empregada para a questão: VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. Plano plurianual: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios: manual de elaboração. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001. 85 p. (https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2594).Evidências esperadas: seções descritivas no PPA que identifiquem o problema público; matrizes ou quadros de contextualização incluídos na estrutura do plano.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19044	Na formulação (ou revisão) dos programas FINALÍSTICOS do PPA 2026-2029, todos os programas possuem pelo menos um objetivo geral mensurável a ser alcançado?	<ul style="list-style-type: none">Todos os programas finalísticos do PPA devem conter, de forma expressa, ao menos um objetivo geral, definido de modo claro e mensurável. O objetivo deve indicar o resultado pretendido com a implementação do programa, permitindo posterior verificação de seu cumprimento. Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes. Principal referência técnica empregada para a questão: VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. Plano plurianual: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios: manual de elaboração. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001. 85 p. (https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2594).Evidências esperadas:	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

				seções descritivas no PPA que identifiquem os objetivos gerais de cada programa finalístico; matrizes ou quadros incluídos na estrutura do plano.						
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19045	Na formulação (ou revisão) dos programas FINALÍSTICOS do PPA 2026-2029, todos os programas possuem público-alvo específico, ou seja, identifica quais são os segmentos da sociedade a serem beneficiados por sua execução?	<ul style="list-style-type: none">• Todos os programas finalísticos do PPA devem identificar, de forma clara e específica, quem será diretamente beneficiado por sua execução. O público-alvo pode ser segmentado por critérios como faixa etária, condição socioeconômica, localização geográfica, gênero, etnia, atividade econômica, entre outros.• Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes.• Principal referência técnica empregada para a questão: VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. Plano plurianual: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios: manual de elaboração. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001. 85 p. (https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2594).• Evidências esperadas: seções descritivas no PPA que identifiquem o público-alvo de cada programa finalístico; matrizes ou quadros incluídos na estrutura do plano.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19046	Na formulação (ou revisão) dos programas FINALÍSTICOS do PPA 2026-2029, todos os programas possuem pelo menos um indicador com unidade de medida mensurável e que seja associado ao objetivo previamente definido?	<ul style="list-style-type: none">• Cada programa finalístico do PPA deve conter, de forma expressa, pelo menos um indicador de desempenho, com unidade de medida definida e mensurável, e que esteja diretamente vinculado ao objetivo geral do programa. O indicador deve permitir monitorar o alcance do objetivo e possibilitar avaliação de resultados ao longo do tempo.• Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes.• Principal referência técnica empregada para a questão: VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. Plano plurianual: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios: manual de elaboração. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001. 85 p. (https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2594).• Evidências esperadas: matrizes, tabelas ou quadros no PPA que identifiquem os indicadores de desempenho vinculados aos objetivos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19047	Na formulação (ou revisão) dos programas FINALÍSTICOS do PPA 2026-2029, todos os indicadores de desempenho estabelecem seu índice mais recente e o índice desejado ao final do programa?	<ul style="list-style-type: none">• O Município deve dispor, para cada indicador de desempenho vinculado aos programas finalísticos do PPA, de dois elementos:<ul style="list-style-type: none">- o índice mais recente disponível (linha de base), com fonte de dados confiável;- o índice desejado ao final do período de vigência do programa, definido como meta. Essa estrutura é essencial para possibilitar o acompanhamento e avaliação dos resultados planejados. <ul style="list-style-type: none">• Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

				<ul style="list-style-type: none">Principal referência técnica empregada para a questão: VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. Plano plurianual: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios: manual de elaboração. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001. 85 p. (https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2594).Evidências esperadas: matrizes, tabelas ou quadros no PPA que estabeleçam as metas, por indicador, com linha de base e metas finais.						
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19048	Na formulação (ou revisão) das ações integrantes dos programas FINALÍSTICOS e NÃO FINALÍSTICOS do PPA 2026-2029, todas elas definem quais serão os órgãos ou unidades responsáveis e os órgãos ou unidades participantes de cada ação?	<ul style="list-style-type: none">O Município deve identificar, para cada ação integrante dos programas finalísticos e de apoio administrativo do PPA:<ul style="list-style-type: none">o órgão ou unidade responsável pela sua execução direta;os órgãos ou unidades participantes, quando houver corresponsabilidades ou apoio técnico-administrativo.Essa definição deve estar documentada de forma explícita, com base nas competências institucionais.Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes.Principal referência técnica empregada para a questão: VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. Plano plurianual: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios: manual de elaboração. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001. 85 p. (https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2594).Evidências esperadas: matrizes, tabelas ou quadros no PPA que indiquem as unidades responsáveis e participantes por ação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19049	Na formulação (ou revisão) das ações integrantes dos programas FINALÍSTICOS do PPA 2026-2029, todas elas descrevem os produtos (bens ou serviços) a serem entregues como resultado dessas ações?	<ul style="list-style-type: none">Cada ação integrante dos programas finalísticos do PPA deve apresentar a descrição do produto final a ser entregue à sociedade ou à administração pública como resultado de sua execução, seja ele um bem (ex.: escola construída) ou serviço (ex.: atendimentos realizados). A descrição deve ser clara, objetiva e compatível com a natureza da ação, servindo de base para a definição de metas físicas.Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes.Principal referência técnica empregada para a questão: VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. Plano plurianual: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios: manual de elaboração. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001. 85 p. (https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2594).Evidências esperadas: matrizes, tabelas ou quadros vinculados aos programas, contendo a descrição detalhada das ações e dos produtos a serem entregues.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19050	Na formulação (ou revisão) das ações integrantes dos programas FINALÍSTICOS do PPA 2026-2029, todas elas definem a unidade de medida dos produtos a serem entregues em cada ação?	<ul style="list-style-type: none">Todas as ações integrantes dos programas finalísticos do PPA devem possuir, de forma explícita, a unidade de medida dos produtos a serem entregues, expressa de forma quantitativa e auditável. A unidade deve ser compatível com a natureza do produto e adequada ao seu monitoramento (ex.: metros quadrados pavimentados, unidades habitacionais construídas, número de vacinas aplicadas, número de refeições fornecidas aos alunos).Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

				<p>do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes.</p> <ul style="list-style-type: none">Principal referência técnica empregada para a questão: VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. Plano plurianual: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios: manual de elaboração. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001. 85 p. (https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2594).Evidências esperadas: matrizes, tabelas ou quadros vinculados aos programas, contendo as unidades de medidas dos produtos (bens e serviços) a serem entregues pelas ações planejadas.						
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19051	Na formulação (ou revisão) das ações integrantes dos FINALÍSTICOS do PPA 2026-2029, todas elas estabelecem as metas físicas dos produtos a serem entregues por cada ação de forma clara para cada ano de vigência do Plano?	<ul style="list-style-type: none">O Município deve apresentar, para cada ação do PPA, as metas físicas anuais referentes aos produtos a serem entregues, compatíveis com a unidade de medida estabelecida para o produto da ação.Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes.Principal referência técnica empregada para a questão: VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. Plano plurianual: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios: manual de elaboração. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001. 85 p. (https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2594).Evidências esperadas: matrizes, tabelas ou quadros vinculados aos programas, contendo as metas físicas anuais referentes aos produtos a serem entregues, compatíveis com a unidade de medida estabelecida para o produto da ação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19052	Na validação dos programas propostos para o PPA 2026-2029, o responsável pela coordenação do PPA avalia a compatibilidade das propostas orçamentárias das secretarias com os recursos disponibilizados para cada secretaria?	<ul style="list-style-type: none">O responsável pela coordenação do PPA deve ter realizado uma análise formal da compatibilidade entre os gastos previstos nos programas setoriais e os limites de recursos definidos para cada órgão ou entidade da administração. Essa avaliação deve considerar os tetos orçamentários previamente estabelecidos, a projeção de receitas, os compromissos financeiros existentes e as prioridades de governo.Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes.Principal referência técnica empregada para a questão: VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. Plano plurianual: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios: manual de elaboração. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001. 85 p. (https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2594).Evidências esperadas: quadros comparativos entre propostas de gastos e os limites setoriais estabelecidos; registros de devolutivas às secretarias ou documentos internos que demonstrem o controle e a coerência entre a estimativa de despesas e os recursos planejados.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19053	Os programas estabelecidos para a Educação no Plano Plurianual vigente estão alinhados com as metas e estratégias estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação?	<ul style="list-style-type: none">Os programas relacionados à área da Educação constantes do Plano Plurianual vigente devem estar formalmente vinculados às metas e estratégias previstas no Plano Municipal de Educação (PME) vigente à época da elaboração do PPA. Esse alinhamento deve estar documentado por meio de análise técnica que relacione os objetivos, metas, ações e indicadores dos programas do PPA às disposições do PME.Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes.Evidências esperadas:	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

				anexo integrante do PPA que contenha quadros, matrizes ou outras formas de demonstração objetiva da correlação entre os programas e metas do PPA e as metas e estratégias do PME.						
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19054	A Lei Orgânica do Município fixa prazo para elaboração do Plano Municipal de Saúde (PMS) que antecede ou coincide com o prazo de elaboração do Plano Plurianual (PPA)?	<ul style="list-style-type: none"> A Lei Orgânica vigente deve estabelecer, de forma expressa, o prazo para elaboração do Plano Municipal de Saúde (PMS) e que esse prazo antecede ou coincide com o prazo fixado para a elaboração do Plano Plurianual (PPA), de modo a possibilitar que as diretrizes e metas do PMS possam subsidiar, de maneira tempestiva, a formulação dos programas de governo no PPA. Obs.: a resposta a esta questão tem o objetivo exclusivamente informativo e não influenciará na pontuação obtida pelo Município na avaliação. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19055	Os programas estabelecidos para a Saúde no Plano Plurianual vigente estão alinhados com os objetivos e metas estabelecidas no Plano Municipal de Saúde?	<ul style="list-style-type: none"> Os programas relacionados à área da Saúde constantes do Plano Plurianual vigente devem estar formalmente vinculados às metas e estratégias previstas no Plano Municipal de Saúde (PMS), vigente à época da elaboração do PPA. Esse alinhamento deve estar documentado por meio de análise técnica que relacione os objetivos, metas, ações e indicadores dos programas do PPA às disposições do PMS. Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes. Evidências esperadas: anexo integrante do PPA que contenha quadros, matrizes ou outras formas de demonstração objetiva da correlação entre os programas e metas do PPA e as metas e estratégias do PMS. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19056	A Lei Orgânica do Município fixa prazo para elaboração do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) que antecede ou coincide com o prazo de elaboração do Plano Plurianual (PPA)?	<ul style="list-style-type: none"> A Lei Orgânica vigente deve estabelecer, de forma expressa, o prazo para elaboração do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) e que esse prazo antecede ou coincide com o prazo fixado para a elaboração do Plano Plurianual (PPA), de modo a possibilitar que as diretrizes e metas do PMAS possam subsidiar, de maneira tempestiva, a formulação dos programas de governo no PPA. Obs.: a resposta a esta questão tem o objetivo exclusivamente informativo e não influenciará na pontuação obtida pelo Município na avaliação. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	19057	Os programas estabelecidos para a Assistência Social no Plano Plurianual vigente estão alinhados com os objetivos e metas estabelecidas no Plano Municipal de Assistência Social?	<ul style="list-style-type: none"> Os programas relacionados à área da Assistência Social constantes do Plano Plurianual vigente devem estar formalmente vinculados às metas e estratégias previstas no Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), vigente à época da elaboração do PPA. Esse alinhamento deve estar documentado por meio de análise técnica que relacione os objetivos, metas, ações e indicadores dos programas do PPA às disposições do PMAS. Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes. Evidências esperadas: anexo integrante do PPA que contenha quadros, matrizes ou outras formas de demonstração objetiva da correlação entre os programas e metas do PPA e as metas e estratégias do PMAS. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	19058	A lei que institui o PPA 2026-2029 disciplina as situações em que o Poder Executivo municipal pode promover alterações no PPA por ato próprio sem necessidade de lei específica?	<p>• A lei que institui o Plano Plurianual deve conter dispositivo expresso que autoriza o Poder Executivo a promover alterações no PPA por ato próprio sem necessidade de nova lei, desde que observados limites e condições previamente definidos.</p> <p>A norma deve prever, de forma clara as hipóteses em que a alteração pode ocorrer por ato do Executivo (ex.: ajustes de natureza técnica, compatibilização entre ações e programas, desdobramentos internos etc.). Por outro lado, o dispositivo da lei não deveria prever hipóteses de alterações que possam desvirtuar o PPA sem prévia autorização legislativa, tal como a criação e exclusão de programas.</p> <p>• Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes.</p> <p>• Exemplo: Lei nº 14.802/2024 - PPA da União</p> <p>"Art. 19. Fica o Poder Executivo federal autorizado a promover alterações no PPA 2024-2027, por ato próprio, para:</p> <p>I - conciliá-lo com as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional e poderá, para tanto:</p> <p>a) adequar o valor global do programa;</p> <p>b) adequar vinculações entre ações orçamentárias e programas;</p> <p>c) revisar ou atualizar as metas; e</p> <p>d) revisar ou atualizar os investimentos plurianuais de que tratam os Anexos VII-A, VII-B e VIII; e</p> <p>II - incluir, excluir ou alterar:</p> <p>a) unidade responsável por programa e objetivos específicos;</p> <p>b) indicadores e respectivas metas, em razão de impossibilidade de apuração; ou a necessidade de aprimoramento da mensuração de objetivos específicos;</p> <p>c) programas de gestão, com vistas à melhoria da transparência, da eficiência e da qualidade das despesas a eles vinculadas;</p> <p>d) valor dos recursos não orçamentários;</p> <p>e) valor global do programa, em razão de alteração de fontes de financiamento com recursos não orçamentários;</p> <p>f) agendas transversais; e</p> <p>g) investimentos plurianuais.</p> <p>Parágrafo único. Modificações realizadas nos termos do disposto no caput serão informadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e publicadas em sítio eletrônico oficial, acompanhadas da justificativa da alteração."</p>	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	19059	Informe qual é o número da lei do PPA 2026-2029 e quais são os artigos que disciplinam as situações em que o Poder Executivo municipal pode promover alterações no PPA por ato próprio sem necessidade de lei específica.		COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19058 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	19060	O Município possui manual próprio que estabeleça a forma como deve ocorrer o monitoramento, avaliação e revisão do Plano Plurianual contendo, no mínimo, fluxos ou fluxogramas, prazos e responsáveis por cada atividade?	O Município deve demonstrar que possui um manual institucionalizado próprio que oriente de forma clara como devem ocorrer o monitoramento, a avaliação e a revisão do Plano Plurianual (PPA). Esse documento deve conter, no mínimo: – Um fluxo ou fluxograma com as etapas ou fases do processo; – A definição de prazos ou periodicidade das atividades; – A indicação dos responsáveis por cada etapa, com a atribuição clara de competências às unidades ou órgãos envolvidos. – Indicação dos instrumentos utilizados para o acompanhamento, como painéis de indicadores e relatórios gerenciais.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	19061	Anexe o documento que contenha o manual de monitoramento, avaliação e revisão do PPA.	-	ANEXO	NÃO	(19060 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	19062	O Município disponibiliza em seu site o manual de monitoramento, avaliação e revisão do PPA?	O manual referido na questão anterior deve estar publicado no site oficial da Prefeitura, com acesso irrestrito ao público.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19060 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	19063	Informe o endereço eletrônico (link) do site oficial que contenha o manual de monitoramento, avaliação e revisão do PPA.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19062 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	19064	O município possui designação formal de instância ou equipe técnica responsável pelo monitoramento, avaliação e revisão do PPA vigente?	• Edição de ato formal de designação (decreto, portaria, instrução normativa ou instrumento equivalente) que atribua a responsabilidade pelo monitoramento, avaliação e revisão do Plano Plurianual (PPA) a uma instância específica, setor, comissão ou equipe técnica da administração. • O documento deve indicar de forma clara: – O nome ou estrutura da instância designada (ex.: unidade da Secretaria de Planejamento); – As competências relacionadas ao acompanhamento do PPA; – A vigência da designação, quando aplicável. Essa formalização é essencial para garantir a institucionalização e continuidade das atividades de gestão do plano, mesmo diante de mudanças administrativas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	-
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	19065	Anexe o ato normativo municipal que designou formalmente a instância responsável pelo monitoramento, avaliação e revisão dos programas estabelecidos no Plano Plurianual vigente.	-	ANEXO	NÃO	(19064 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	19066	O Município elabora e publica, ao menos uma vez ao ano, relatório de monitoramento e avaliação do PPA e das metas e prioridades definidas na LDO?	<ul style="list-style-type: none"> O Município deve demonstrar que elabora relatório técnico institucional de monitoramento e avaliação do PPA e das metas e prioridades da LDO, com periodicidade mínima anual. Ambos os instrumentos são complementares e indissociáveis: o PPA estabelece as diretrizes, objetivos e metas para o período de quatro anos, enquanto a LDO realiza, a cada exercício, a priorização desse planejamento. Assim, a avaliação conjunta assegura a coerência entre o planejamento de médio prazo e sua execução anual, permitindo ajustes e realinhamentos quando necessários. O relatório deve ter caráter institucional, com estrutura mínima que permita o acompanhamento da execução do plano e sirva de base para reavaliação ou revisão dos programas e ações. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento o orçamento municipal	-
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	19067	Anexe o documento que contenha os relatórios de monitoramento e avaliação do PPA e das metas e prioridades definidas na LDO.	-	ANEXO	NÃO	(19066 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento o orçamento municipal	-
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	19068	Os relatórios de monitoramento e avaliação do PPA e das metas e prioridades da LDO são divulgados no site do Município?	<ul style="list-style-type: none"> O Município deve demonstrar que divulga em seu site oficial os relatórios de monitoramento e avaliação do Plano Plurianual (PPA) e das metas e prioridades da LDO, garantindo o acesso público à informação. A publicação deve ocorrer em área de fácil navegação, sem exigência de login, e conter os relatórios na íntegra, com identificação do exercício a que se referem. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19066 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo planejamento o orçamento municipal	-
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	19069	Informe o endereço eletrônico (link) do site oficial que contenha os relatórios de monitoramento do PPA e das metas e prioridades da LDO.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19068 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento o orçamento municipal	-
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	19070	O órgão gestor da Assistência Social (ex.: Secretaria municipal de Assistência Social) participa formalmente das etapas de monitoramento e avaliação do PPA vigente?	<ul style="list-style-type: none"> O Município deve ter contado com a participação efetiva do órgão gestor da Assistência Social (ex.: Secretaria municipal de Assistência Social) no processo de monitoramento e avaliação do PPA, por meio de consultas, reuniões, oficinas ou envio formal de informações. Essa participação deve estar documentada e ocorrer de forma articulada com o setor de planejamento orçamentário, reforçando a corresponsabilidade na gestão do plano. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento o orçamento municipal	-
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	19071	A Secretaria de Educação participa formalmente das etapas de monitoramento e avaliação do PPA vigente?	<ul style="list-style-type: none"> O Município deve ter contado com a participação efetiva da Secretaria de Educação no processo de monitoramento e avaliação do PPA, por meio de consultas, reuniões, oficinas ou envio formal de informações. Essa participação deve estar documentada e ocorrer de forma articulada com o setor de planejamento orçamentário, reforçando a corresponsabilidade na gestão do plano. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento o orçamento municipal	-
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	19072	A Secretaria de Saúde participa formalmente das etapas de monitoramento e avaliação do PPA vigente?	<ul style="list-style-type: none"> O Município deve ter contado com a participação efetiva da Secretaria de Saúde no processo de monitoramento e avaliação do PPA, por meio de consultas, reuniões, oficinas ou envio formal de informações. Essa participação deve estar documentada e ocorrer de forma articulada com o setor de planejamento orçamentário, reforçando a corresponsabilidade na gestão do plano. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento o orçamento municipal	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	19073	<p>O Município utiliza sistema ou ferramenta tecnológica (ex.: Business Intelligence – BI) que possibilita a geração de relatórios e painéis interativos, com gráficos, filtros e atualização automática dos dados em tempo real ou mediante sincronização periódica, aplicável ao monitoramento da execução dos programas, ações e metas definidos no Plano Plurianual (PPA)?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O Município deve demonstrar que utiliza um sistema ou ferramenta tecnológica voltada ao monitoramento do Plano Plurianual (PPA), que permita a geração de relatórios dinâmicos e painéis interativos com atualização automática ou sincronizada dos dados. A ferramenta deve possibilitar a análise de indicadores de desempenho e resultados, agregando informações relevantes sobre a execução física e orçamentária dos programas e ações do PP. A principal finalidade é de o BI servir como uma ferramenta interna de gestão, não necessariamente de dar publicidade (embora possa ser um efeito secundário positivo). • Essa prática fortalece a transparência, o controle gerencial e a tomada de decisão baseada em evidências, promovendo maior eficiência no acompanhamento das metas governamentais. • A ferramenta adotada deve contemplar, no mínimo, os seguintes recursos e funcionalidades: <ul style="list-style-type: none"> - Resumo executivo com KPIs gerais — como percentual de metas atingidas, nível de execução orçamentária e progresso médio por programa; - Indicadores agregados por eixo ou área estratégica — como o cumprimento de metas por função de governo ou temática prioritária, e execução financeira planejada x realizada; - Indicadores de resultado por ação — como taxas de atendimento, metas físicas realizadas ou serviços entregues à população; - Visualização gráfica e dashboards interativos — com uso de gráficos, tabelas dinâmicas e outros elementos visuais de fácil compreensão; - Capacidade de exportação dos dados — em formatos amplamente utilizados, como .xls, .csv ou .txt; - Análise hierárquica — com possibilidade de navegação do nível agregado para o específico (ex.: do programa ao indicador da ação); - Disponibilidade de filtros personalizáveis que permitam análises por programa, função, categoria econômica, órgão ou outras categorias relevantes. <p>Ademais, espera-se que os dados e informações sejam atualizados, no mínimo, anualmente.</p>	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	-
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	19074	Informe o endereço eletrônico (link) do site que demonstre a disponibilização da ferramenta.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19073 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	-
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19075	O Município disponibiliza em seu site oficial a lei consolidada e atualizada referente à Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e seus anexos?	<ul style="list-style-type: none"> • O Município deve demonstrar que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente está publicada no site oficial da Prefeitura, em local de fácil acesso público e sem exigência de autenticação. • Deve estar disponível a versão atualizada e consolidada da lei da LDO, contendo num documento único todas as alterações legislativas incorporadas até o exercício corrente. Espera-se que os anexos da LDO tragam a última versão aprovada e que conste explicitamente (em nota de rodapé, por exemplo) quais foram as leis que alteraram a LDO originalmente aprovada. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19076	Informe o endereço eletrônico (link) do site oficial que demonstre a publicação da LDO vigente com os seus respectivos anexos.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19075 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19077	Anexe o documento que contenha a lei consolidada e atualizada referente à LDO vigente junto a seus respectivos anexos.	-	ANEXO	NÃO	(19075 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19078	O Município disponibiliza em seu site oficial a lei consolidada e atualizada referente à Lei Orçamentária Anual vigente e seus anexos?	<ul style="list-style-type: none">• O Município deve demonstrar que a Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente está publicada no site oficial da Prefeitura, em local de acesso público, sem exigência de autenticação, e com conteúdo completo e atualizado.• Deve estar disponível a versão atualizada e consolidada da lei da LOA, contendo num documento único todas as alterações legislativas incorporadas até o exercício corrente. Espera-se que os anexos da LOA tragam a última versão aprovada e que conste explicitamente (em nota de rodapé, por exemplo) quais foram as leis que alteraram a LOA originalmente aprovada.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19079	Informe o endereço eletrônico (link) do site oficial que demonstre a publicação da LOA vigente com os seus respectivos anexos.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19078 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19080	Anexe o documento que contenha a lei consolidada e atualizada referente à LOA vigente junto a seus respectivos anexos.	-	ANEXO	NÃO	(19078 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19081	O Município possui manual próprio que estabeleça a forma como deve ser elaborada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) contendo, no mínimo, fluxos ou fluxogramas, prazos e responsáveis por cada etapa?	<ul style="list-style-type: none">• O Município deve demonstrar que possui um manual institucionalizado próprio que oriente de forma clara como deve ocorrer o processo de elaboração da LDO e da LOA.• Esse documento deve conter, no mínimo:<ul style="list-style-type: none">– Um fluxo ou fluxograma com as etapas ou fases do processo;– A definição de prazos ou periodicidade das atividades;– A indicação dos responsáveis por cada etapa, com a atribuição clara de competências às unidades ou órgãos envolvidos.– Indicação dos instrumentos utilizados para o acompanhamento, como painéis de indicadores e relatórios gerenciais.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19082	Anexe o documento que contenha o manual de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA)	-	ANEXO	NÃO	(19081 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19083	O Município disponibiliza em seu site o manual de elaboração da LDO e da LOA?	<ul style="list-style-type: none">O manual referido na questão anterior deve estar publicado no site oficial da Prefeitura, com acesso irrestrito ao público.Caso o município disponha de diferentes manuais para a LDO e para a LOA, sugere-se que os dois documentos sejam carregados individualmente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19081 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo planejamento o orçamento municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19084	Informe o endereço eletrônico (link) do site oficial que contenha o manual de elaboração da LDO e da LOA.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19083 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento o orçamento municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19085	O Município promoveu debates, audiências e/ou consultas públicas durante a elaboração do PLDO 2026 e da PLOA 2026?	<ul style="list-style-type: none">O Município deve ter realizado, no processo de elaboração do PLDO e do PLOA, ao menos um debate, audiência pública ou consulta pública aberta à sociedade, cumprindo as exigências legais de participação popular.Essa prática fortalece a transparência, a legitimidade do processo orçamentário e a participação cidadã na definição das prioridades do governo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento o orçamento municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19086	Anexe o documento que contenha as atas dos debates, audiências ou consultas realizadas durante a elaboração do PLDO 2026 e da PLOA 2026.	-	ANEXO	NÃO	(19085 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento o orçamento municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19087	O Município realizou a transmissão dos debates, audiências e consultas públicas realizadas durante a elaboração do PLDO 2026 e da PLOA 2026?	<ul style="list-style-type: none">O Município deve comprovar que transmitiu ao vivo, por canal de comunicação oficial (ex.: YouTube, redes sociais, TV Câmara, site da Prefeitura), as audiências, debates ou consultas públicas referentes à elaboração do PLDO e da PLOA.Essa prática amplia o acesso da população às discussões orçamentárias e reforça a transparência da gestão pública.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19085 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo planejamento o orçamento municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19088	Informe os endereços eletrônicos (links) do site oficial de transmissão dos debates, audiências e consultas realizadas.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19087 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento o orçamento municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19089	O município, ao definir as metas e prioridades do PLDO 2026, envolveu formalmente os principais atores que participaram da elaboração dos programas finalísticos do PPA 2026-2029 da área de Assistência Social?	Na definição das metas e prioridades do PLDO deve ter ocorrido a participação efetiva e formal dos principais responsáveis pela definição dos programas finalísticos da área de Assistência Social previstos no PPA 2026-2029.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento o orçamento municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19090	O município, ao definir as metas e prioridades do PLDO 2026, envolveu formalmente os principais atores que participaram da elaboração dos programas finalísticos do PPA 2026-2029 da área de Educação?	Na definição das metas e prioridades do PLDO deve ter ocorrido a participação efetiva e formal dos principais responsáveis pela definição dos programas finalísticos da área de Educação previstos no PPA 2026-2029.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19091	O município, ao definir as metas e prioridades do PLDO 2026, envolveu formalmente os principais atores que participaram da elaboração dos programas finalísticos do PPA 2026-2029 da área da Saúde?	Na definição das metas e prioridades do PLDO deve ter ocorrido a participação efetiva e formal dos principais responsáveis pela definição dos programas finalísticos da área de Saúde previstos no PPA 2026-2029.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19092	O Município possui metodologia própria instituída para identificar, selecionar e tratar os riscos fiscais a serem evidenciados no Anexo de Riscos Fiscais do PLDO?	Ato normativo ou documento técnico institucional que descreva a metodologia utilizada para identificar, classificar, mensurar e tratar riscos fiscais, contemplando critérios objetivos, etapas, responsabilidades e prazos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19093	Anexe o documento que disponha sobre a metodologia própria instituída para identificar, selecionar e tratar os riscos fiscais evidenciados no Anexo de Riscos Fiscais do PLDO.	-	ANEXO	NÃO	(19092 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19094	O Município realiza o monitoramento contínuo da exposição aos riscos fiscais identificados no Anexo de Riscos Fiscais da LDO do exercício corrente?	O Município deve acompanhar periodicamente os riscos fiscais identificados no Anexo de Riscos Fiscais, utilizando relatórios ou sistemas de controle e avaliação atualizados ao longo do exercício.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	-
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19095	O Município forneceu nota explicativa ou descreveu, de forma analítica, os riscos identificados no Anexo de Riscos Fiscais do PLDO 2026 a fim de conferi-los um maior detalhamento?	Existência, junto ao PLDO, de notas explicativas ou descrição analítica que apresentem os riscos fiscais identificados, contemplando, no mínimo, os seguintes aspectos: a probabilidade de ocorrência, o impacto potencial sobre as contas públicas e as medidas de mitigação ou contingência previstas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19096	O Município previu, no PLDO 2026, a ordem de preferência das despesas a serem contingenciadas na hipótese de descumprimento da meta de resultado primário ou nominal?	O PLDO deve conter dispositivo explícito que defina a ordem de prioridade para o contingenciamento de despesas, especificando rubricas, categorias ou programas a serem atingidos em primeiro lugar.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19097	Informe o número da lei (ou projeto de lei) da LDO 2026 e quais são os artigos que preveem a ordem de preferência das despesas a serem contingenciadas na hipótese de descumprimento da meta de resultado primário ou nominal.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19096 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19098	Para fins de elaboração do PLDO 2026 e da PLOA 2026, a estimativa das receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foi realizada com base em metodologia fundamentada em dados oficiais e projeções atualizadas, de forma a evitar a mera atualização dos valores do exercício anterior?	<ul style="list-style-type: none">• O Município deve comprovar que a estimativa das receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) que consta no PLDO e no PLOA foi elaborada com base em metodologia própria documentada, apoiada em dados oficiais e projeções atualizadas, e não apenas na simples atualização inflacionária ou repetição de valores do exercício anterior.• A metodologia pode considerar, dentre outros aspectos:- Coeficiente anual do FPM divulgado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para o exercício seguinte;- Estimativas de repasse do FPM publicadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou por entidade oficial equivalente;- Histórico recente de repasses do FPM ao Município, obtido no Sistema de Informações Banco do Brasil – SIBB ou no Portal de Transparência da União;- Projeções macroeconômicas relevantes (ex.: crescimento do PIB, variação da arrecadação federal) divulgadas por órgãos oficiais, como IBGE, Banco Central ou Ministério da Fazenda.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19099	Anexe o documento em que conste o cálculo realizado pelo Município para a estimativa das receitas provenientes do FPM.	-	ANEXO	NÃO	(19098 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19100	Para fins de elaboração do PLDO 2026 e da PLOA 2026, a previsão das receitas provenientes do repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ao Município foi estimada com base em metodologia que considera o Índice de Participação dos Municípios (IPM) disponibilizado pela Secretaria da Fazenda do Paraná (SEFA-PR)?	<ul style="list-style-type: none">• Dispor de metodologia de cálculo DOCUMENTADA na qual fique demonstrado que os índices publicados pela SEFA-PR foram considerados na apuração, ainda que tenha sido utilizada metodologia própria que contemple outros fatores ou índices.• Para consulta aos índices, acesse: https://www.fazenda.pr.gov.br/Pagina/IPM-no-ICMS.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19101	Anexe o documento em que conste o cálculo realizado pelo Município para a estimativa das receitas provenientes do repasse do ICMS.	-	ANEXO	NÃO	(19100 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19102	Para fins de elaboração do PLDO 2026 e da PLOA 2026, a previsão das receitas provenientes da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) foi calculada a partir da estimativa de arrecadação elaborada pelo setor tributário do Município?	O Município deve comprovar que, ao elaborar o PLDO e a PLOA, utilizou estimativas de arrecadação do IPTU fundamentadas por estudos e projeções do setor de administração tributária, considerando histórico de arrecadação, eventuais revisões de base de cálculo e alterações legislativas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19103	Anexe o documento em que conste o cálculo realizado pelo Município para a estimativa de arrecadação do IPTU.	-	ANEXO	NÃO	(19102 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19104	Para fins de elaboração do PLDO 2026 e da PLOA 2026, a previsão das receitas provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) foi estimada com base em metodologia que considera o número de matrículas apurado no Censo Escolar realizado pelo Inep/MEC e o valor anual por aluno (VAAF) divulgado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)?	<ul style="list-style-type: none">Dispor de metodologia de cálculo DOCUMENTADA na qual fique demonstrado que o número de alunos matriculados nas escolas públicas e conveniadas apurado pelo censo escolar (Inep/MEC) e valor anual por aluno (VAAF) foram considerados na estimativa, ainda que tenha sido utilizada metodologia própria que contemple outros fatores ou índices adicionais.Para consulta, acesse: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/consultas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19105	Anexe o documento em que conste o cálculo realizado pelo Município para a estimativa das receitas provenientes do FUNDEB.	-	ANEXO	NÃO	(19104 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19106	Para fins de elaboração da PLDO 2026 e da PLOA 2026, a fixação das rubricas das despesas com pessoal foi realizada levando em consideração as previsões da revisão geral anual e do crescimento vegetativo da folha de pagamentos?	O Município deve demonstrar que as dotações orçamentárias referentes a despesas com pessoal foram calculadas considerando a previsão de revisão geral anual (reajuste salarial previsto em lei) e a evolução natural da folha (progressões, promoções, substituições e novos ingressos).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19107	Anexe o documento em que conste o cálculo realizado pelo Município para a fixação das despesas de pessoal.	-	ANEXO	NÃO	(19106 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19108	As dotações orçamentárias previstas no PLOA 2026 possuem montante suficiente para sua execução, ou seja, não possuem dotação irrisória?	<ul style="list-style-type: none">O Município deve prever que as dotações orçamentárias consignadas no PLOA foram fixadas em valores compatíveis com a execução das despesas previstas, evitando rubricas com dotações meramente simbólicas ou insuficientes (valor irrisório).Obs.: a resposta a esta questão tem o objetivo exclusivamente informativo e não influenciará na pontuação obtida pelo Município na avaliação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19109	As despesas contratuais fixadas na PLOA 2026 foram calculadas a partir do Plano de Contratações Anual (PCA) elaborado pelo Município?	<ul style="list-style-type: none">As despesas contratuais previstas no PLOA 2026 devem ter sido fundamentadas em levantamento prévio realizado pelas unidades responsáveis e consolidadas no Plano de Contratações Anual (PCA), conforme o art. 12, VII, da Lei nº 14.133/2021. Admite-se a realização de ajustes entre o PCA e a LOA, desde que devidamente justificados.A LOA deve refletir os valores estimados das contratações que exijam a previsão de saldo orçamentário; podem ser dispensadas da inclusão aquelas que não demandam tal previsão, como, por exemplo, as atas de registro de preços.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19110	O Município possui manual próprio que estabeleça os procedimentos para a alteração da Lei Orçamentária Anual (LOA), contemplando, entre outros aspectos, fluxos e responsabilidades para a abertura de créditos adicionais (suplementares, especiais e extraordinários) e o remanejamento de dotações orçamentárias?	<ul style="list-style-type: none"> O Município deve demonstrar que possui manual institucionalizado que estabeleça de forma clara e padronizada os procedimentos para alteração da Lei Orçamentária Anual (LOA), incluindo a abertura de créditos adicionais (suplementares, especiais e extraordinários) e o remanejamento de dotações orçamentárias. O documento deve contemplar, no mínimo: <ul style="list-style-type: none"> Os critérios legais e técnicos utilizados para justificar as alterações; O fluxo de tramitação dos pedidos de alteração, desde a solicitação até a formalização; A definição dos prazos e responsáveis por cada etapa do processo, com a devida vinculação institucional. O conteúdo do manual deve garantir segurança jurídica, conformidade com a legislação orçamentária e orientar a atuação dos servidores envolvidos nas alterações da LOA. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19111	Anexe o manual de alteração da LOA.	-	ANEXO	NÃO	(19110 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19112	O município utiliza sistema ou ferramenta tecnológica (ex.: Business Intelligence – BI) que possibilite a geração de relatórios e painéis interativos, com gráficos, filtros e atualização automática dos dados em tempo real ou mediante sincronização periódica, aplicável ao acompanhamento da realização das receitas e despesas?	<ul style="list-style-type: none"> O Município deve demonstrar que utiliza sistema ou ferramenta tecnológica capaz de gerar relatórios e painéis interativos aplicáveis ao acompanhamento da arrecadação de receitas e da execução de despesas, com recursos de visualização, análise e exportação dos dados. Essa prática contribui para o controle gerencial das finanças públicas e o fortalecimento da transparência fiscal. A principal finalidade é de o BI servir como uma ferramenta interna de gestão, não necessariamente de dar publicidade (embora possa ser um efeito secundário positivo). A ferramenta utilizada deve permitir, no mínimo: <ul style="list-style-type: none"> Apresentação de resumo executivo com informações como receita prevista versus arrecadada, despesa autorizada versus realizada e saldo orçamentário (superávit ou déficit); Detalhamento das receitas previstas e arrecadadas por natureza e fonte/destinação de recursos; Detalhamento das despesas autorizadas e executadas conforme classificações como programática, funcional, institucional, por natureza e por fonte/destinação de recursos; Disponibilização de gráficos e dashboards que facilitem a visualização e compreensão das informações; Exportação dos dados em formatos amplamente utilizados, como .xls, .csv ou .txt; Possibilidade de explorar os dados hierarquicamente, do geral para o específico; Disponibilidade de filtros personalizáveis que permitam análises por programa, função, categoria econômica, órgão ou outras categorias relevantes. <p>Ademais, espera-se que os dados e informações sejam atualizados bimestralmente.</p>	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	-
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19113	Informe o endereço eletrônico (link) do site que demonstre a disponibilização da ferramenta.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19112 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19114	No exercício corrente, o Município realizou a admissão ou a contratação de pessoal?	A finalidade desta questão é habilitar perguntas específicas sobre o item avaliado. Se a resposta for 'sim', apenas essas perguntas pontuarão; se for 'não', não haverá impacto negativo, já que a condição de avaliação do item não existe.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19115	A LDO dispôs de autorização expressa e específica para a admissão ou a contratação realizada?	A LDO deve conter autorização expressa e específica para a admissão ou contratação de pessoal, em conformidade com o art. 169, §1º, da Constituição Federal e com os arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo essa previsão constar de forma clara no texto da lei, de modo a permitir a vinculação direta entre o ato legislativo e a contratação analisada.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19114 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19116	Informe o número da lei da LDO e quais são os artigos ou anexos que autorizam expressa e especificamente a admissão ou a contratação realizada.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19115 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19117	O Município elaborou estimativa de impacto orçamentário-financeiro previamente à admissão ou contratação de pessoal?	A estimativa de impacto orçamentário-financeiro deve ter sido elaborada previamente à admissão ou à contratação de pessoal, em conformidade com o art. 169, §1º, da Constituição Federal e com os arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa estimativa precisa abranger todos os efeitos da despesa, incluindo não apenas a remuneração imediata, mas também encargos sociais, férias, 13º salário, progressões funcionais e encargos previdenciários, além dos impactos futuros decorrentes da contratação. Ademais, deve-se comprovar a compatibilidade da nova despesa com os limites legais de gasto com pessoal e demonstrar sua coerência com os instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19114 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	19118	Anexe o estudo ou parecer com a estimativa de impacto orçamentário-financeiro elaborado previamente à admissão ou contratação de pessoal.	-	ANEXO	NÃO	(19117 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV04. Processo de empenho das despesas	19119	O município possui ato normativo que regulamente o procedimento de solicitação de empenho de despesas?	O Município deve possuir norma vigente (decreto, portaria, instrução normativa ou instrumento equivalente) que disponha expressamente sobre o procedimento para solicitação de empenho de despesas públicas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV04. Processo de empenho das despesas	19120	Anexe a(s) normativa(s) relativa(s) ao procedimento de solicitação de empenhamento de despesas.	-	ANEXO	NÃO	(19119 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de finanças	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Execução da despesa orçamentária	IV04. Processo de empenho das despesas	19121	O ato normativo que regulamenta o procedimento de empenho dispõe sobre o uso de sistema eletrônico oficial, que permita o registro, a numeração e a rastreabilidade dos empenhos?	O ato normativo deve prever que a solicitação de empenho seja registrada por meio de sistema de protocolo eletrônico oficial, que assegure o controle, a rastreabilidade e a organização sequencial dos pedidos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19119 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV04. Processo de empenho das despesas	19122	O ato normativo que regulamenta o procedimento de empenho estabelece a documentação necessária para a solicitação de empenho de despesas?	O ato normativo deve listar ou descrever os documentos obrigatórios a serem apresentados para a formalização do pedido de empenho (ex.: notas de reserva, contratos, ordens de fornecimento, pareceres técnicos, entre outros.)	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19119 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV04. Processo de empenho das despesas	19123	O ato normativo que regulamenta o procedimento de empenho estabelece os fluxos ou fluxogramas com as etapas do procedimento de empenho e os respectivos prazos e responsáveis por cada etapa?	O ato normativo deve conter fluxos, fluxograma ou descrição sequencial das etapas para solicitação e emissão de empenhos, com a indicação clara dos prazos e dos responsáveis por cada fase.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19119 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV04. Processo de empenho das despesas	19124	O ato normativo que regulamenta o procedimento de empenho define as regras e a documentação necessária para a realização de estorno ou cancelamento de despesas já empenhadas?	O ato normativo deve prever expressamente as regras e a documentação necessária para a realização de estorno ou cancelamento de despesas já empenhadas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19119 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV04. Processo de empenho das despesas	19125	No exercício financeiro corrente, nos casos em que houve realização de despesas sem prévio empenho, o Município efetuou o devido registro dessas informações na tabela DespesaNaoEmpenhada do SIM-AM?	• O Município deve ter efetuado o registro completo e tempestivo das despesas realizadas sem prévio empenho na tabela DespesaNaoEmpenhada do sistema SIM-AM, conforme exigido pela regulamentação do TCE-PR. Esse registro permite o controle e a transparência das inconsistências na execução da despesa pública, além de subsidiar ações corretivas e de responsabilização. • Responda "não se aplica" caso não tenha havido, no exercício corrente, a realização de despesas sem prévio empenho. Ao marcar esta opção, o município não teria acréscimo nem decréscimo na pontuação. • A apresentação de evidências é dispensável pois a informação já consta no SIM-AM.	SIM/NÃO/ NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV04. Processo de empenho das despesas	19126	O Município possui ato normativo que disciplina o tratamento contábil aplicado à realização de despesas sem prévio empenho?	O Município deve possuir norma vigente (decreto, portaria, instrução normativa ou instrumento equivalente) que estabeleça os procedimentos contábeis a serem adotados nos casos excepcionais em que ocorrer a realização de despesas sem o devido empenho prévio. O normativo deve descrever as providências necessárias para o registro contábil regular da despesa, observando o regime de competência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV04. Processo de empenho das despesas	19127	Anexe a(s) normativa(s) relativa(s) ao procedimento que disciplina o tratamento contábil aplicado à realização de despesas sem prévio empenho.	-	ANEXO	NÃO	(19126 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de finanças	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Execução da despesa orçamentária	IV04. Processo de empenho das despesas	19128	O ato normativo que disciplina o tratamento contábil aplicado à realização de despesas sem prévio empenho dispõe sobre os procedimentos para apurar a responsabilidade dos agentes que deram causa à realização de despesa sem prévio empenho?	O ato normativo referido na questão anterior - ou outro documento específico - deve dispor sobre a apuração de responsabilidade dos agentes públicos que derem causa à realização de despesas sem prévio empenho. O normativo deve prever, minimamente, a instauração de procedimento administrativo, identificação da unidade ou servidor responsável e as medidas corretivas cabíveis.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19126 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV04. Processo de empenho das despesas	19129	Para despesas contratuais ou outras despesas de valor determinado sujeitas a parcelamento, o Município realiza empenhos globais que abrangem a totalidade da despesa prevista para execução ao longo do exercício financeiro?	O Município deve realizar empenho global para as despesas contratuais ou outras de valor determinado e execução parcelada (por exemplo, contratos de prestação de serviços contínuos, locações, seguros, etc.) abrangendo o valor total da despesa prevista para o exercício financeiro.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV04. Processo de empenho das despesas	19130	Para as despesas cujo montante não se pode determinar previamente, o Município realiza empenhos por estimativa relativos ao valor total que será gasto no ano?	<ul style="list-style-type: none">• O Município deve realizar empenhos por estimativa para as despesas cujo valor não pode ser previamente determinado, como consumo de água, energia elétrica, combustíveis, materiais de expediente, horas-máquina, indenizações e outras de natureza variável.• O empenho por estimativa deve abranger o valor total estimado da despesa a ser realizada no exercício financeiro, ainda que sua execução ocorra em parcelas ou de forma variável.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV05. Processo de liquidação das despesas	19131	O Município possui ato normativo que regulamenta o procedimento de liquidação de despesas?	O Município deve possuir norma vigente (decreto, portaria, instrução normativa ou instrumento equivalente) que disponha expressamente sobre o processo de liquidação de despesas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV05. Processo de liquidação das despesas	19132	Anexe a(s) normativa(s) relativa(s) ao procedimento de liquidação de despesas.	-	ANEXO	NÃO	(19131 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV05. Processo de liquidação das despesas	19133	O ato normativo que regulamenta a liquidação da despesa dispõe que os documentos comprobatórios — nota fiscal, atesto e outros — sejam arquivados em sistema eletrônico oficial que permita sua rastreabilidade?	O ato normativo deve prever expressamente que os documentos exigidos na fase de liquidação da despesa (notas fiscais, atestos de recebimento, relatórios de medição e outros comprovantes) sejam arquivados em protocolo eletrônico oficial de tal forma que o sistema adotado garanta a rastreabilidade dos documentos, a vinculação direta com o respectivo processo de despesa e a preservação da integridade e autenticidade dos registros.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19131 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV05. Processo de liquidação das despesas	19134	O ato normativo que regulamenta o procedimento de liquidação da despesa prevê a documentação necessária de todos os tipos de despesas (prestações de serviços, aquisições de bens, obras e serviços de engenharia etc.)?	<ul style="list-style-type: none">• O ato normativo deve dispor sobre os documentos obrigatórios para a liquidação das principais categorias de despesas públicas, tais como: prestação de serviços, aquisição de bens, obras e serviços de engenharia. • A norma deve indicar, de forma clara, os documentos mínimos exigidos em cada caso (ex.: nota fiscal, atesto, relatório de execução, termo de recebimento, medição, entre outros).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19131 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de finanças	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Execução da despesa orçamentária	IV05. Processo de liquidação das despesas	19135	O ato normativo que regulamenta a liquidação da despesa estabelece os fluxos ou fluxogramas com as etapas do procedimento de liquidação e os respectivos prazos e responsáveis por cada etapa?	O ato normativo deve conter fluxos, fluxograma ou descrição sequencial das etapas do processo de liquidação de despesas, com a indicação clara dos prazos e dos responsáveis por cada fase.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19131 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV05. Processo de liquidação das despesas	19136	O Município possui ato normativo que regulamenta o procedimento de solicitação, aprovação e concessão de diárias e adiantamentos?	<ul style="list-style-type: none"> O Município deve possuir ato normativo vigente e formalizado (decreto, portaria, instrução normativa ou instrumento equivalente) que trate especificamente da solicitação, concessão, pagamento e prestação de contas de despesas com: <ul style="list-style-type: none"> - Diárias, em deslocamentos ou viagens a serviço; - Adiantamentos, para despesas urgentes ou de pequeno vulto, devidamente justificadas. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV05. Processo de liquidação das despesas	19137	Anexe a(s) normativa(s) relativa(s) ao procedimento de solicitação, aprovação e concessão de diárias e adiantamentos.	-	ANEXO	NÃO	(19136 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV06. Processo de pagamento das despesas	19138	O Município possui ato normativo que regulamente o procedimento de pagamento de despesas?	O Município deve possuir ato normativo vigente (decreto, portaria, instrução normativa ou instrumento equivalente) que regulamente, de forma expressa, o procedimento de pagamento de despesas públicas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV06. Processo de pagamento das despesas	19139	Anexe a(s) normativa(s) relativa(s) ao procedimento de pagamento de despesas.	-	ANEXO	NÃO	(19138 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV06. Processo de pagamento das despesas	19140	O ato normativo que regulamenta o procedimento de pagamento de despesas estabelece os fluxos ou fluxogramas com as etapas do procedimento de pagamento e os respectivos prazos e responsáveis por cada etapa?	O ato normativo deve conter fluxos, fluxograma ou descrição sequencial das etapas do processo de pagamento, com a indicação clara dos prazos e dos responsáveis por cada fase.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19138 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV06. Processo de pagamento das despesas	19141	O ato normativo que regulamenta o procedimento de pagamento de despesas prevê que o setor responsável, ao emitir a ordem de pagamento, realize a conferência dos documentos que atestaram, na liquidação da despesa, o recebimento do bem ou a prestação do serviço?	<ul style="list-style-type: none"> O ato normativo deve conter previsão expressa de que o setor responsável pela emissão da ordem de pagamento verifique, previamente, a existência e a regularidade dos documentos comprobatórios apresentados na fase de liquidação da despesa (ex.: notas fiscais, atestos de recebimento, relatórios de execução). O procedimento não se refere à liquidação em si, mas à etapa disposta no art. 64, p.u. da Lei 4.320/64 "A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade." 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19138 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de finanças	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Execução da despesa orçamentária	IV06. Processo de pagamento das despesas	19142	O ato normativo que disciplina o procedimento de pagamento de despesas prevê a obrigatoriedade de verificação da disponibilidade de recursos financeiros e da compatibilidade com o cronograma de desembolso antes da emissão da ordem de pagamento?	O ato normativo deve estabelecer que, antes da emissão da ordem de pagamento, seja realizada a verificação da disponibilidade de caixa e da compatibilidade com o cronograma de desembolso aprovado, em observância ao princípio do equilíbrio financeiro.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19138 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV06. Processo de pagamento das despesas	19143	O ato normativo que regulamenta o procedimento de pagamento de despesas estabelece os critérios para a priorização de pagamentos em caso de insuficiência de recursos?	O ato normativo deve definir critérios objetivos de priorização (ex.: natureza da despesa, essencialidade do serviço, obrigações legais e contratuais) a serem aplicados em caso de insuficiência de caixa.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19138 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV06. Processo de pagamento das despesas	19144	O ato normativo que regulamenta o procedimento de pagamento de despesas estabelece a priorização do uso de meios de pagamento mais seguros — como arquivos de remessa bancária — em detrimento do acesso manual e direto ao internet banking, como medida de mitigação de riscos operacionais, erros e fraudes?	O ato normativo deve especificar, de forma clara, os meios de pagamento autorizados, suas condições de utilização e eventuais restrições, inclusive com menção à priorização de sistemas de transação mais confiáveis e seguros.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19138 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV06. Processo de pagamento das despesas	19145	O ato normativo que disciplina o procedimento de pagamento de despesas prevê os procedimentos a serem adotados quando identificado pagamento em desconformidade com as normas aplicáveis?	O ato normativo deve dispor sobre a forma de identificação, registro, recuperação e comunicação dos pagamentos realizados em desconformidade, assegurando sua correção tempestiva e o encaminhamento às instâncias competentes para providências cabíveis.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19138 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV06. Processo de pagamento das despesas	19146	O ato normativo que regulamenta o procedimento de pagamento de despesas prevê os procedimentos para apuração da responsabilização dos agentes envolvidos em pagamentos realizados em desconformidade com as normas aplicáveis?	O ato normativo deve prever, de forma expressa, os procedimentos de apuração para a eventual responsabilização dos agentes que derem causa a pagamentos indevidos, incluindo a identificação das instâncias responsáveis, o fluxo de comunicação e as medidas cabíveis para correção e responsabilização	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19138 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV06. Processo de pagamento das despesas	19147	O Município possui ato normativo que discipline a ordem cronológica de pagamento das obrigações contratuais, incluindo o tratamento às exceções legalmente justificáveis?	O Município deve possuir ato normativo vigente que regulamente a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações contratuais, em conformidade com o art. 141 da Lei nº 14.133/2021.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV06. Processo de pagamento das despesas	19148	Anexe o ato normativo municipal que regulamenta a ordem cronológica de pagamentos	-	ANEXO	NÃO	(19147 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de finanças	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Execução da despesa orçamentária	IV06. Processo de pagamento das despesas	19149	O ato normativo que disciplina a ordem cronológica de pagamentos estabelece as hipóteses legalmente admitidas de alteração justificada da ordem cronológica de pagamento?	O ato normativo deve prever expressamente as hipóteses legalmente admitidas para alteração justificada da ordem cronológica de pagamento, em conformidade com o art. 141 da Lei nº 14.133/2021.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19147 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV06. Processo de pagamento das despesas	19150	O ato normativo que disciplina a ordem cronológica de pagamentos estabelece o fluxo e os responsáveis pela solicitação e aprovação da alteração justificada da ordem cronológica de pagamento?	O ato normativo deve regulamentar de forma clara o fluxo procedimental e os responsáveis pela solicitação, análise, aprovação e registro da alteração justificada da ordem cronológica de pagamento.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19147 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV06. Processo de pagamento das despesas	19151	O ato normativo que disciplina a ordem cronológica de pagamentos exige a disponibilização mensal no sítio eletrônico oficial do município a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem?	O ato normativo deve prever a obrigatoriedade de se publicar mensalmente, em seu sítio oficial na internet, a ordem cronológica de pagamentos e, quando houver alterações, as respectivas justificativas formais que embasaram a exceção, em conformidade com o §3º do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19147 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV06. Processo de pagamento das despesas	19152	O Município disponibiliza mensalmente em seu sítio eletrônico oficial a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem?	De acordo com o disposto no art. 141, § 3º da Lei 14.133/2021: "O órgão ou entidade deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem."	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV06. Processo de pagamento das despesas	19153	Informe o endereço eletrônico (link) do site oficial que demonstre a publicação da ordem cronológica de pagamento, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem.	-	COMENTÁ RIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19152 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q04. Obrigações financeiras	IV07. Processos de inscrição e cancelamento de restos a pagar	19154	O Município disponibiliza em seu site ou portal da transparência informações atualizadas sobre a posição dos Restos a Pagar?	O Município deve manter, em seu site institucional ou no portal da transparência, seção específica com dados atualizados sobre restos a pagar (histórico do estoque, volume por ano de empenho, estoque por função da despesa etc.)	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Contador(a) municipal	-
Q04. Obrigações financeiras	IV07. Processos de inscrição e cancelamento de restos a pagar	19155	Informe o link de acesso (URL) às informações sobre a posição dos restos a pagar.	-	COMENTÁ RIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19154 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Contador(a) municipal	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q04. Obrigações financeiras	IV07. Processos de inscrição e cancelamento de restos a pagar	19156	O Município possui normativa que dispõe sobre a inscrição e o cancelamento de restos a pagar?	O Município deve dispor de ato normativo vigente (decreto, portaria, instrução normativa ou instrumento equivalente) que regulamente de forma expressa os critérios, prazos e responsabilidades para inscrição e cancelamento de restos a pagar.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Contador(a) municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q04. Obrigações financeiras	IV07. Processos de inscrição e cancelamento de restos a pagar	19157	Anexe o ato normativo municipal que dispõe sobre a inscrição e o cancelamento de restos a pagar.	-	ANEXO	NÃO	(19156 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Contador(a) municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q04. Obrigações financeiras	IV07. Processos de inscrição e cancelamento de restos a pagar	19158	A normativa que dispõe sobre os restos a pagar (RAP) prevê a unidade ou o responsável por autorizar a inscrição de despesas em RAP?	A norma deve designar, de forma clara, qual unidade administrativa ou autoridade é responsável pela autorização da inscrição de despesas em RAP.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19156 == "SIM")	NÃO	Contador(a) municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q04. Obrigações financeiras	IV07. Processos de inscrição e cancelamento de restos a pagar	19159	A normativa que dispõe sobre os restos a pagar (RAP) prevê a exigência de que, para a inscrição de despesas em RAP, as unidades orçamentárias executoras da despesa efetuem pedido de inscrição acompanhado de justificativa?	A norma deve conter disposição que exija, de forma expressa, que as unidades executoras formalizem pedido de inscrição de RAP acompanhado de justificativa técnica.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19156 == "SIM")	NÃO	Contador(a) municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q04. Obrigações financeiras	IV07. Processos de inscrição e cancelamento de restos a pagar	19160	A normativa que dispõe sobre os restos a pagar (RAP) prevê prazo máximo, sob pena de cancelamento, para a liquidação de despesas empenhadas e não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não Processados (RPNP)?	A norma deve estipular o prazo limite para liquidação das despesas inscritas como RPNP, com previsão expressa de cancelamento em caso de descumprimento.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19156 == "SIM")	NÃO	Contador(a) municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q04. Obrigações financeiras	IV07. Processos de inscrição e cancelamento de restos a pagar	19161	O Município avalia, em cada exercício financeiro, os restos a pagar não processados, com o objetivo de cancelar aqueles cuja liquidação não mais acontecerá?	<ul style="list-style-type: none"> O Município deve realizar análise formal dos RPNP de maneira periódica visando seu cancelamento, com base em critérios técnicos e registros contábeis. Responda 'NÃO SE APLICA' caso não tenha ocorrido a necessidade de cancelamento de restos a pagar não processados no exercício financeiro corrente. Ao marcar esta opção, o município não teria acréscimo nem decréscimo na pontuação. 	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	-	-	Contador(a) municipal	-
Q04. Obrigações financeiras	IV07. Processos de inscrição e cancelamento de restos a pagar	19162	O Município avalia, em cada exercício financeiro, os restos a pagar inscritos, com o objetivo de cancelar aqueles que sofreram prescrição?	<ul style="list-style-type: none"> Devem existir no Município rotinas ou controles que verifiquem os prazos de prescrição de obrigações e determinem os cancelamentos quando esgotado o prazo legal. Responda 'NÃO SE APLICA' caso não tenha ocorrido a necessidade de cancelamento de restos a pagar inscritos e que tenham sofrido prescrição. Ao marcar esta opção, o município não teria acréscimo nem decréscimo na pontuação. 	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	-	-	Contador(a) municipal	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q04. Obrigações financeiras	IV07. Processos de inscrição e cancelamento de restos a pagar	19163	No exercício financeiro corrente, nos casos em que houve o cancelamento de restos a pagar processados, o Município formalizou, previamente, processo administrativo?	<ul style="list-style-type: none">O cancelamento de RAP processados deve estar condicionado à instauração de processo administrativo formal, com justificativa e despacho fundamentado.Responda 'NÃO SE APLICA' caso não tenha ocorrido cancelamento de restos a pagar processados no exercício financeiro corrente. Ao marcar esta opção, o município não teria acréscimo nem decréscimo na pontuação.	SIM/NÃO/ NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	-	-	Contador(a) municipal	-
Q04. Obrigações financeiras	IV08. Gestão da dívida pública	19164	O Município possui dívidas decorrentes de operações de créditos ou precatórios?	O Município deve contar com tais passivos em seus registros contábeis e demonstrativos fiscais. Caso a resposta seja "não", o item não computará na avaliação.	SIM/NÃO/ (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Contador(a) municipal	-
Q04. Obrigações financeiras	IV08. Gestão da dívida pública	19165	O Município disponibiliza em seu site (ou portal da transparência) informações atualizadas sobre sua dívida?	O Município deve manter, no site ou portal da transparência, informações sobre a dívida pública de forma acessível, organizada e atualizada.	SIM/NÃO/ (COMBO BOX)	SIM	(19164 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Contador(a) municipal	-
Q04. Obrigações financeiras	IV08. Gestão da dívida pública	19166	Informe o link de acesso (URL) ao relatório(s) ou painel(is) de informações sobre a dívida consolidada.	-	COMENTÁ RIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19165 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Contador(a) municipal	-
Q04. Obrigações financeiras	IV08. Gestão da dívida pública	19167	O Município disponibiliza em seu site (ou portal da transparência) informações atualizadas sobre o estoque de precatórios, inclusive requisições de pequeno valor?	<ul style="list-style-type: none">O Município deve disponibilizar dados atualizados sobre o saldo de precatórios devidos, pagos e pendentes, incluindo as Requisições de Pequeno Valor (RPV).Responda 'NÃO SE APLICA' caso o município não possua estoque de precatórios. Ao marcar esta opção, o município não teria acréscimo nem decréscimo na pontuação.	SIM/NÃO/ NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	(19164 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Contador(a) municipal	-
Q04. Obrigações financeiras	IV08. Gestão da dívida pública	19168	Informe o link de acesso (URL) ao relatório(s) ou painel(is) de informações sobre precatórios.	-	COMENTÁ RIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19167 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Contador(a) municipal	-
Q04. Obrigações financeiras	IV08. Gestão da dívida pública	19169	O Município possui Regime Próprio de Previdência Social com déficit atuarial conforme o cálculo mais recente?	<ul style="list-style-type: none">O cálculo atuarial mais recente deve demonstrar déficit no regime.OBS.: a finalidade desta questão é habilitar perguntas específicas sobre o item avaliado. Se a resposta for 'sim', apenas essas perguntas pontuarão; se for 'não', não haverá impacto negativo, já que a condição de avaliação do item não existe.	SIM/NÃO/ (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Contador(a) municipal	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q04. Obrigações financeiras	IV08. Gestão da dívida pública	19170	O Município reconhece contabilmente as provisões matemáticas previdenciárias no seu Balanço Patrimonial Consolidado?	O valor da provisão atuarial deve estar registrado no passivo do Balanço Patrimonial Consolidado.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19169 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Contador(a) municipal	-
Q04. Obrigações financeiras	IV08. Gestão da dívida pública	19171	A provisão matemática previdenciária reconhecida no Balanço Patrimonial incorporou o mesmo resultado atuarial apurado no cálculo atuarial mais recente?	O valor da provisão contábil deve ser igual ao déficit apontado no cálculo atuarial vigente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19170 == "SIM")	NÃO	Contador(a) municipal	-
Q04. Obrigações financeiras	IV08. Gestão da dívida pública	19172	O Município possui dívida junto ao INSS?	<ul style="list-style-type: none">Para que a resposta seja considerada "sim", deve haver dívida ativa reconhecida junto ao INSS.OBS.: a finalidade desta questão é habilitar perguntas específicas sobre o item avaliado. Se a resposta for 'sim', apenas essas perguntas pontuarão; se for 'não', não haverá impacto negativo, já que a condição de avaliação do item não existe.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Contador(a) municipal	-
Q04. Obrigações financeiras	IV08. Gestão da dívida pública	19173	O Município reconhece no Balanço Patrimonial as obrigações devidas ao INSS?	As obrigações junto ao INSS devem estar registradas no passivo contábil do balanço.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19172 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Contador(a) municipal	-
Q04. Obrigações financeiras	IV09. Gestão de riscos fiscais judiciais	19174	O Município possui ato normativo que estabeleça critérios para classificação dos riscos fiscais decorrentes de demandas judiciais, com o objetivo de subsidiar o registro contábil?	O Município deve demonstrar que possui ato normativo vigente (decreto, portaria, instrução normativa ou instrumento equivalente) que estabeleça critérios objetivos para a classificação dos riscos fiscais relacionados a ações judiciais, com base na probabilidade de perda (ex.: remoto, possível ou provável).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q04. Obrigações financeiras	IV09. Gestão de riscos fiscais judiciais	19175	Anexe o(s) ato(s) normativo(s) que estabeleça(m) critérios para classificação dos riscos fiscais decorrentes de demandas judiciais.	-	ANEXO	NÃO	(19174 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q04. Obrigações financeiras	IV09. Gestão de riscos fiscais judiciais	19176	A classificação da probabilidade de ocorrência dos riscos fiscais decorrentes de demandas judiciais, segundo os critérios definidos no ato normativo municipal, é realizada pelo órgão responsável pela representação judicial do Município?	<ul style="list-style-type: none">O Município deve realizar análise da probabilidade de perda (remota, possível ou provável), nos termos definidos em ato normativo local, exclusivamente ou sob coordenação do órgão responsável pela representação judicial do Município.Esse arranjo institucional assegura que a classificação seja feita por instância técnica com conhecimento jurídico sobre o conteúdo e o estágio processual das ações.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19174 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q04. Obrigações financeiras	IV09. Gestão de riscos fiscais judiciais	19177	O município possui ato normativo que dispõe sobre o fluxo periódico de informações entre o órgão responsável pela representação judicial do Município e os setores interessados (ex: contabilidade, planejamento, orçamento etc.) relativo aos riscos fiscais decorrentes de ações judiciais?	O Município deve demonstrar que existe ato normativo vigente que institua um fluxo regular de compartilhamento de informações sobre riscos fiscais entre o órgão jurídico e os setores afetados pela eventual materialização dessas obrigações (contabilidade, orçamento, finanças, planejamento etc.).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q04. Obrigações financeiras	IV09. Gestão de riscos fiscais judiciais	19178	Anexe o(s) ato(s) normativo(s) que estabeleça(m) o fluxo periódico de informações entre o órgão responsável pela representação judicial do Município e os setores interessados.	-	ANEXO	NÃO	(19177 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q04. Obrigações financeiras	IV09. Gestão de riscos fiscais judiciais	19179	O órgão responsável pela representação judicial do Município informa aos setores interessados (ex: contabilidade, planejamento, orçamento etc.), ao menos uma vez ao ano, sobre os riscos fiscais decorrentes de ações judiciais?	O órgão jurídico deve encaminhar, de forma oficial e com periodicidade mínima anual, informações atualizadas sobre os riscos fiscais decorrentes de ações judiciais aos setores responsáveis pela contabilidade, pelo orçamento ou pelo planejamento.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q04. Obrigações financeiras	IV09. Gestão de riscos fiscais judiciais	19180	O Município reconhece contabilmente, no seu Balanço Patrimonial, os riscos fiscais decorrentes de demandas judiciais?	Devem ser registradas contabilmente as provisões para perdas judiciais no passivo do Balanço Patrimonial quando a obrigação for considerada provável e puder ser mensurada de forma confiável, conforme os critérios estabelecidos nas normas contábeis aplicáveis ao setor público (NBC TSP 03).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Contador(a) municipal	-
Q04. Obrigações financeiras	IV09. Gestão de riscos fiscais judiciais	19181	O Município disponibiliza em seu site (ou portal da transparência) informações atualizadas dos riscos fiscais decorrentes de demandas judiciais contra o Município?	O Município deve demonstrar que publica, em seu site oficial ou portal da transparência, informações atualizadas sobre os riscos fiscais oriundos de ações judiciais, incluindo os critérios de classificação, o valor estimado e a natureza das principais causas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q04. Obrigações financeiras	IV09. Gestão de riscos fiscais judiciais	19182	Informe o link de acesso (URL) ao relatório(s) ou painel(is) de informações sobre os riscos fiscais do Município.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19181 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q04. Obrigações financeiras	IV09. Gestão de riscos fiscais judiciais	19183	O Município divulga em notas explicativas as provisões e os passivos contingentes?	As notas explicativas das demonstrações contábeis devem incluir informações sobre provisões registradas e passivos contingentes reconhecidos ou não reconhecidos, conforme exigido pela NBC TSP 03.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Contador(a) municipal	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV10. Processo Administrativo Tributário	19184	O Município possui ato normativo que regulamenta o Processo Administrativo Tributário?	O Município deve possuir ato normativo vigente (lei municipal, decreto ou outro instrumento equivalente) que discipline formalmente todas as etapas do Processo Administrativo Tributário, garantindo aos contribuintes os princípios da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV10. Processo Administrativo Tributário	19185	Anexe o ato normativo municipal que regulamenta o Processo Administrativo Tributário.	-	ANEXO	NÃO	(19184 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV10. Processo Administrativo Tributário	19186	No Município, o Processo Administrativo Tributário é eletrônico?	O Município deve dispor que o Processo Administrativo Tributário (PAT) tramite de forma eletrônica por meio de sistema informatizado oficial, desde a autuação até a decisão final.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV10. Processo Administrativo Tributário	19187	O Município editou, por decreto, e publicou em seu site oficial, a consolidação da legislação tributária municipal, organizada em textos únicos específicos para cada tributo e taxa vigente?	<ul style="list-style-type: none">• O Município deve demonstrar que publicou, em seu site oficial ou portal de transparência, decreto(s) que consolide(m), separadamente, a legislação vigente relativa a cada tributo municipal (ex.: IPTU, ISS, ITBI) e às taxas instituídas, conforme determina o art. 212 do Código Tributário Nacional (CTN). A consolidação deve reunir todas as alterações legislativas incorporadas até o exercício corrente.• O ato de consolidação deve atender aos seguintes requisitos:<ul style="list-style-type: none">- Ser editado formalmente mediante decreto;- Estar disponível no site oficial da Prefeitura, em local de acesso público e sem necessidade de autenticação;- Apresentar, de forma separada, o texto consolidado de cada tributo ou taxa municipal, incorporando todas as alterações normativas;- Estar atualizado até o exercício corrente, com última atualização realizada em data não anterior a 31 de janeiro.• Exemplo: DECRETO N.º 7.871, de 29.9.2017, que regulamenta o ICMS no Estado do Paraná (https://www.arinternet.pr.gov.br/portalsefa/_l_downloadlegislacao2.asp?eTpDoc=0&eTpPer=5&eTpMod=1)• Essa prática promove maior transparência e segurança jurídica, facilita o acesso às normas pelos contribuintes e assegura a aplicação de regras atualizadas, em conformidade com o CTN.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV10. Processo Administrativo Tributário	19188	Informe o link de acesso (URL) do(s) ato(s) que consolidam a legislação tributária atualizada.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19187 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV10. Processo Administrativo Tributário	19189	O Município possui Conselho de Recursos Fiscais ou órgão equivalente?	<ul style="list-style-type: none">• O Município deve possuir, devidamente instituído por norma legal ou infralegal vigente, um Conselho de Recursos Fiscais (ou órgão com função equivalente), com competência para julgar, em segunda instância administrativa, os processos decorrentes da impugnação de lançamentos tributários, autos de infração, decisões em processos fiscais ou outros atos da Administração Tributária Municipal.• Esse órgão deve assegurar duplo grau de julgamento na esfera administrativa, promovendo o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório em matéria tributária.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV10. Processo Administrativo Tributário	19190	Anexe o ato de designação do conselho ou órgão equivalente.	-	ANEXO	NÃO	(19189 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV10. Processo Administrativo Tributário	19191	A Administração Tributária Municipal elabora Plano Anual de Fiscalização, em cada exercício?	O Município deve demonstrar que elabora, formaliza e utiliza um Plano Anual de Fiscalização (PAF) no âmbito da Administração Tributária, contendo metas, prioridades, cronograma de ações e áreas de maior risco ou relevância fiscal.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV10. Processo Administrativo Tributário	19192	Anexe o Plano Anual de Fiscalização relativo ao exercício de análise das contas.	-	ANEXO	NÃO	(19191 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV10. Processo Administrativo Tributário	19193	O Município permite a emissão de certidão (negativa ou positiva com efeitos de negativa) de débitos tributários e dívida ativa relativa a pessoas físicas e jurídicas, pela internet e diretamente pelos contribuintes?	O Município deve demonstrar que disponibiliza, em seu site oficial ou em plataforma digital própria, um serviço eletrônico que permite aos contribuintes emitirem diretamente, sem necessidade de atendimento presencial ou intermediação de servidor, certidões negativas de débitos (CND) ou certidões positivas com efeitos de negativa (CPEN) relativas a pessoas físicas ou jurídicas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV10. Processo Administrativo Tributário	19194	Informe o link de acesso (URL) ao instrumento que permite a emissão da certidão imobiliária.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19193 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV10. Processo Administrativo Tributário	19195	O Município permite a emissão de certidão (negativa ou positiva com efeitos de negativa) de débitos tributários e dívida ativa relativa a imóveis, pela internet e diretamente pelos contribuintes?	O Município deve demonstrar que disponibiliza, em seu site oficial ou em plataforma digital própria, um serviço eletrônico que permita aos contribuintes emitirem diretamente, sem necessidade de atendimento presencial ou intermediação de servidor, certidões negativas de débitos (CND) ou certidões positivas com efeitos de negativa (CPEN) relativas a imóveis.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV10. Processo Administrativo Tributário	19196	Informe o link de acesso (URL) ao instrumento que permite a emissão da certidão imobiliária.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19195 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV11. Cadastro Imobiliário Municipal	19197	O Município realiza a gestão do cadastro imobiliário por meio de sistema informatizado com base georreferenciada, como um Sistema de Informações Geográficas (SIG) ou solução equivalente?	O Município deve utilizar sistema informatizado com base georreferenciada (SIG ou solução equivalente) na gestão do cadastro imobiliário, permitindo a vinculação espacial dos imóveis ao território.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo cadastro imobiliário municipal	-
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV11. Cadastro Imobiliário Municipal	19198	O município realizou, nos últimos 18 meses, treinamentos teóricos e/ou práticos em SIG para os servidores lotados na área de cadastro imobiliário?	O Município deve ter realizado ao menos um treinamento teórico e/ou prático sobre o uso de SIG, direcionado a servidores da área de cadastro imobiliário, nos últimos 18 meses.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo cadastro imobiliário municipal	-
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV11. Cadastro Imobiliário Municipal	19199	Anexe os certificados ou registros de participação dos servidores em eventos sobre Sistemas SIG (Sistema de Informações Geográficas).	-	ANEXO	NÃO	(19198 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo cadastro imobiliário municipal	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV11. Cadastro Imobiliário Municipal	19200	O município possui sistema web georreferenciado com acesso aberto para consulta pública ao cadastro imobiliário municipal, seja por meio de portal próprio ou por meio de adesão ao SINTER (Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais)?	O Município deve dispor de sistema web que possibilite a visualização georreferenciada e o acesso público às informações do cadastro imobiliário. Esse sistema pode ser implementado por meio de geoportal municipal próprio, disponibilizado em site oficial, ou pela adesão ao SINTER (Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais) — plataforma gerida pela Receita Federal do Brasil, voltada à integração e organização de informações sobre imóveis rurais e urbanos em todo o território nacional.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo cadastro imobiliário municipal	-
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV11. Cadastro Imobiliário Municipal	19201	O município disponibiliza meios para que o contribuinte possa consultar e solicitar retificação de seus dados cadastrais?	Para que a resposta seja considerada "sim", o Município deve oferecer canais digitais ou presenciais que permitam ao contribuinte consultar e requerer correções no cadastro de seus imóveis.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo cadastro imobiliário municipal	-
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV11. Cadastro Imobiliário Municipal	19202	O município firmou e mantém convênio vigente com a Receita Federal para adesão ao Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (SINTER), viabilizando a geração do código do Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB)?	O Município deve possuir convênio vigente firmado com a Receita Federal para adesão ao SINTER, com vistas à integração ao Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo cadastro imobiliário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV11. Cadastro Imobiliário Municipal	19203	Anexe evidências do convênio firmado com a Receita Federal para adesão ao Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (SINTER).	-	ANEXO	NÃO	(19202 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo cadastro imobiliário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV11. Cadastro Imobiliário Municipal	19204	O município atualmente envia os dados do CIB para o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (SINTER)?	O Município deve realizar o envio rotineiro de dados do Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB) à plataforma do SINTER, conforme regras estabelecidas pela Receita Federal.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo cadastro imobiliário municipal	-
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV11. Cadastro Imobiliário Municipal	19205	O sistema de informações para a gestão do cadastro imobiliário municipal prevê campo para inserção do código CIB (Cadastro Imobiliário Brasileiro)?	O sistema informatizado utilizado para a gestão do cadastro imobiliário deve possuir campo específico destinado ao registro do código CIB.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo cadastro imobiliário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV11. Cadastro Imobiliário Municipal	19206	O Município possui processo de trabalho instituído para utilizar as informações do setor de emissão de alvarás de construção e habite-se na atualização da base cadastral dos imóveis?	O Município deve possuir processo formalizado, vigente e operacionalizado, que assegure o uso das informações provenientes da emissão de alvarás de construção e de habite-se para fins de atualização do cadastro imobiliário.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo cadastro imobiliário municipal	-
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV11. Cadastro Imobiliário Municipal	19207	Anexe o ato normativo municipal que dispõe sobre o processo de trabalho instituído para utilizar as informações do setor de emissão de alvarás de construção e habite-se na atualização da base cadastral dos imóveis.	-	ANEXO	NÃO	(19206 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo cadastro imobiliário municipal	-
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV11. Cadastro Imobiliário Municipal	19208	A legislação municipal prevê a aplicação de multa aos cartórios de notas e de registro de imóveis em caso de omissão no dever de comunicar, no prazo máximo de 60 dias, as mudanças de titularidade de imóveis, conforme disposto no art. 4º da Resolução CNJ nº 547/2024?	<ul style="list-style-type: none">O art. 4º da Resolução nº 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determina que os cartórios de notas e de registro de imóveis devem comunicar às prefeituras municipais, em periodicidade não superior a 60 (sessenta) dias, todas as alterações de titularidade de imóveis, com o objetivo de permitir a atualização do cadastro dos contribuintes.Para assegurar a efetividade dessa obrigação, orienta-se que a legislação municipal estabeleça sanções — como a aplicação de multa administrativa — em caso de descumprimento do prazo de comunicação pelos cartórios.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo cadastro imobiliário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19209	O município atualmente concede alguma isenção tributária de caráter não geral?	<ul style="list-style-type: none">Isenções tributárias de caráter não geral são aquelas concedidas de forma individualizada ou restrita, em favor de determinados contribuintes, categorias ou situações específicas, sem se aplicarem de maneira universal a todos que se encontrem em idêntica situação.O art. 179 do Código Tributário Nacional (CTN) prevê que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios podem conceder isenções destinadas a estimular certas atividades ou beneficiar determinados grupos, mas, nesses casos, a norma deve indicar com clareza: os requisitos objetivos que os beneficiários precisam atender, o prazo de validade da isenção e deve estar prevista em lei específica.OBS.: a finalidade desta questão é habilitar perguntas específicas sobre o item avaliado. Se a resposta for 'sim', apenas essas perguntas pontuarão; se for 'não', não haverá impacto negativo, já que a condição de avaliação do item não existe.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19210	Todas as isenções tributárias de caráter não geral concedidas encontram amparo em lei?	O Município deve adotar procedimentos administrativos formais para a concessão de isenções tributárias de caráter não geral, assegurando que cada ato concessivo seja analisado quanto à conformidade com a lei autorizativa vigente, em observância ao art. 176 do Código Tributário Nacional.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19209 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19211	O Município realizou, no ano atual, acompanhamento formal para verificar se os beneficiários das isenções de caráter não geral permanecem atendendo às condições estabelecidas em lei?	<ul style="list-style-type: none"> • Responda "NÃO SE APLICA" caso as concessões vigentes tenham ocorrido nos últimos 12 meses. Ao marcar esta opção, o município não teria acréscimo nem decréscimo na pontuação. • Para responder "sim", o Município deve ter realizado, no exercício em referência, acompanhamento formal destinado a verificar se os beneficiários das isenções tributárias de caráter não geral continuam atendendo às condições estabelecidas na respectiva lei autorizativa. • Esse acompanhamento deve ser documentado em processo administrativo ou em relatório técnico específico, contendo a análise individualizada das isenções vigentes e a comprovação da manutenção dos requisitos legais. 	SIM/NÃO/ NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	(19209 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19212	Anexe 1 (um) relatório de acompanhamento, elaborado no exercício corrente, que avalia se o beneficiário de isenção tributária de caráter não geral continua atendendo às condições estabelecidas em lei.	-	ANEXO	NÃO	(19211 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19213	Em caso de verificação de descumprimento das condições legais, o Município procedeu à interrupção do benefício concedido?	<ul style="list-style-type: none"> • O Município deve comprovar que, ao identificar o descumprimento das condições legais por beneficiários de isenções tributárias de caráter não geral, adotou providências formais para a interrupção do benefício. • Tais providências devem estar instruídas em processo administrativo, com a comunicação ao contribuinte, a análise fundamentada da irregularidade e o ato formal de revogação ou cancelamento da isenção, garantindo o respeito ao contraditório e à ampla defesa, quando cabíveis. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19211 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19214	O Município possui lei vigente que institui isenções tributárias de caráter não geral?	<ul style="list-style-type: none"> • Isenções tributárias de caráter não geral são aquelas concedidas de forma individualizada ou restrita, em favor de determinados contribuintes, categorias ou situações específicas, sem se aplicarem de maneira universal a todos que se encontrem em idêntica situação. • O art. 179 do Código Tributário Nacional (CTN) prevê que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios podem conceder isenções destinadas a estimular certas atividades ou beneficiar determinados grupos, mas, nesses casos, a norma deve indicar com clareza: os requisitos objetivos que os beneficiários precisam atender, o prazo de validade da isenção e deve estar prevista em lei específica. • OBS.: a finalidade desta questão é habilitar perguntas específicas sobre o item avaliado. Se a resposta for 'sim', apenas essas perguntas pontuarão; se for 'não', não haverá impacto negativo, já que a condição de avaliação do item não existe. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19215	Anexe o documento que contenha a lei vigente que institui as isenções tributárias de caráter não geral.	-	ANEXO	NÃO	(19214 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19216	Informe qual é o número da lei vigente e quais são seus artigos que disciplinam as isenções tributárias de caráter não geral.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19214 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19217	O Município dispõe de ato normativo que regulamente o procedimento administrativo inicial de concessão das isenções tributárias de caráter não geral?	OBS.: aplicável se tiver lei vigente que institui isenções tributárias de caráter não geral ou se atualmente o município concedê-las, independentemente da existência de lei.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	((19209 == "SIM") OU (19214 == "SIM"))	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19218	Anexe o ato normativo municipal que regulamenta o procedimento administrativo inicial de concessão das isenções tributárias de caráter não geral.	-	ANEXO	NÃO	(19217 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19219	O ato normativo define de forma expressa o fluxo ou fluxograma do procedimento administrativo inicial de concessão das isenções tributárias de caráter não geral, indicando etapas, prazos e responsáveis?	-	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19217 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19220	O ato normativo prevê que a concessão da isenção dependa de requerimento formal do interessado, instruído com a comprovação das condições e requisitos legais?	Em observância ao art. 179 do Código Tributário Nacional (CTN), caput.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19217 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19221	O ato normativo estabelece que o despacho concessório seja fundamentado por decisão motivada de autoridade administrativa competente?	Em observância ao art. 179 do Código Tributário Nacional (CTN), caput.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19217 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19222	O município dispõe de ato normativo que regulamente o procedimento administrativo de acompanhamento e reavaliação das isenções tributárias de caráter não geral concedidas?	OBS.: aplicável se tiver lei vigente que institui isenções tributárias de caráter não geral ou se atualmente o município concedê-las, independentemente da existência de lei.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	((19209 == "SIM") OU (19214 == "SIM"))	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19223	Anexe o ato normativo municipal que regulamenta o procedimento administrativo de acompanhamento e reavaliação das isenções tributárias de caráter não geral concedidas.	-	ANEXO	NÃO	(19222 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19224	O ato normativo define de forma expressa o fluxo ou fluxograma do procedimento administrativo de acompanhamento e reavaliação das isenções tributárias de caráter não geral, indicando etapas, prazos e responsáveis?	-	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19222 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19225	O ato normativo prevê acompanhamento formal periódico, no mínimo anual, do enquadramento dos beneficiários às condições estabelecidas em lei?	-	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19222 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais	IV12. Isenções tributárias não gerais	19226	O ato normativo estabelece a possibilidade de lançamentos retroativos em caso de descumprimento das condições legais, respeitado o prazo decadencial?	-	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19222 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19227	A legislação tributária municipal prevê a progressividade da alíquota do IPTU com base no valor do imóvel?	A legislação tributária municipal vigente (lei ou código tributário municipal) deve estabelecer expressamente alíquotas progressivas do IPTU de acordo com faixas de valor dos imóveis, respeitando os critérios previstos no artigo 156, §1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29/2000.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19228	A legislação tributária municipal prevê a aplicação de alíquotas diferenciadas de IPTU com base na utilização urbanística ("uso") do imóvel?	A legislação tributária vigente deve estabelecer, de forma expressa, alíquotas distintas de IPTU conforme a utilização urbanística do imóvel — por exemplo, se é residencial edificado, não residencial edificado ou terreno vago.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19229	A legislação tributária municipal prevê a progressividade da alíquota de IPTU (ou "IPTU progressivo no tempo") como instrumento para induzir o adequado aproveitamento de imóveis urbanos não edificados, subutilizados ou não utilizados?	<ul style="list-style-type: none">A legislação tributária deve instituir expressamente a progressividade da alíquota do IPTU no tempo, como instrumento de política urbana, com base no disposto no art. 182, §4º, II, da Constituição Federal e nos arts. 7º e 8º do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001).Obs.: a resposta a esta questão tem o objetivo exclusivamente informativo e não influenciará na pontuação obtida pelo Município na avaliação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19230	A legislação tributária municipal prevê o índice de correção monetária a ser aplicado periodicamente aos valores previstos na planta genérica de valores dos imóveis para fins de recomposição inflacionária?	A legislação tributária vigente deve estabelecer de forma expressa o índice ou critério oficial de correção monetária a ser aplicado periodicamente sobre os valores constantes da Planta Genérica de Valores (PGV), com o objetivo de recompor a perda inflacionária ao longo do tempo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19231	A legislação tributária municipal estabelece critérios gerais para a revisão dos valores venais dos imóveis para fins de lançamento IPTU, de modo a permitir que a revisão possa ser realizada por meio de decreto do Poder Executivo?	<ul style="list-style-type: none">A legislação tributária deve estabelecer, de forma expressa, os critérios gerais para a revisão dos valores venais dos imóveis urbanos utilizados como base de cálculo do IPTU, nos termos do art. 156, §1º, III, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 132/2023.A legislação deve prever que essa revisão poderá ser formalizada por decreto do Poder Executivo, desde que observadas as diretrizes, metodologias e parâmetros previamente definidos em lei municipal.Essa regulamentação não se confunde com a mera correção monetária para recomposição inflacionária, mas trata da revisão efetiva dos valores venais, permitindo que a base de cálculo do IPTU seja atualizada de modo a refletir a realidade do mercado imobiliário local, assegurando maior justiça fiscal, transparência e eficiência na arrecadação tributária.Exemplo de elementos esperados na legislação municipal:<ul style="list-style-type: none">- Previsão expressa de que a revisão dos valores venais poderá ser realizada por decreto do Executivo;- Definição de critérios gerais que orientem a revisão (ex.: metodologia, parâmetros mercadológicos, periodicidade, zonas fiscais, dados utilizados etc.);- Aplicabilidade voltada à revisão da base de cálculo, e não apenas à correção monetária.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19232	Anexe a legislação tributária municipal que disciplina o IPTU.	-	ANEXO	NÃO	(19231 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19233	Informe qual é o número da lei que disciplina o IPTU e quais são seus artigos que estabelecem os critérios gerais para a revisão dos valores venais dos imóveis para fins de lançamento IPTU.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19231 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19234	A legislação tributária municipal prevê a periodicidade da revisão dos valores da planta genérica de valores dos imóveis?	<ul style="list-style-type: none"> A legislação tributária deve estabelecer, de forma expressa, a periodicidade com que deverá ser realizada a revisão dos valores venais dos imóveis constantes da Planta Genérica de Valores (PGV), para fins de lançamento do IPTU. Essa previsão deve referir-se à revisão da base de cálculo em si, com a reavaliação dos valores venais, e não se limitar à mera correção monetária para recomposição inflacionária. A definição dessa periodicidade deve estar alinhada ao disposto no art. 156, §1º, III, da Constituição Federal, conforme redação dada pela Emenda Constitucional nº 132/2023, que autoriza a atualização periódica dos valores venais mediante critérios estabelecidos em lei municipal. Ademais, a Portaria 3.242/2022 da União, aplicável aos municípios brasileiros, prevê em seu artigo 18 que "os valores dos imóveis estimados para fins fiscais devem ser atualizados, no máximo, a cada quatro anos." 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19235	O Município elaborou, nos últimos 4 (quatro) anos, estudo técnico-estatístico para estimar os valores venais dos imóveis urbanos, com a finalidade de embasar a revisão da Planta Genérica de Valores (PGV) utilizada como base de cálculo do IPTU?	<ul style="list-style-type: none"> O Município deve ter elaborado, nos últimos 4 (quatro) anos, estudo técnico-estatístico com o objetivo específico de estimar os valores venais dos imóveis urbanos, com a finalidade de subsidiar a revisão da Planta Genérica de Valores (PGV) utilizada como base de cálculo do IPTU. Esse estudo também visa atender ao disposto na Portaria 3.242/2022 da União, aplicável aos municípios brasileiros, que prevê em seu artigo 18 que "os valores dos imóveis estimados para fins fiscais devem ser atualizados, no máximo, a cada quatro anos." Esse estudo deve seguir metodologia reconhecida de avaliação de imóveis, com destaque para o método comparativo direto de dados de mercado, descrito na norma ABNT NBR 14.653, ou outra técnica validada por critérios técnicos, estatísticos e legais. Elementos mínimos esperados no estudo: <ul style="list-style-type: none"> - Aplicação de método técnico ou estatístico com base em dados coletados no mercado imobiliário local; - Indicação de fontes utilizadas, datas de coleta e amostragem adotada; - Registro dos procedimentos, premissas e parâmetros utilizados para a estimativa dos valores venais. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19236	Anexe o relatório sintético do estudo técnico-estatístico realizado para estimar os valores venais dos imóveis urbanos, com a finalidade de embasar a revisão da Planta Genérica de Valores (PGV) utilizada como base de cálculo do IPTU.	-	ANEXO	NÃO	(19235 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19237	O Município propôs a revisão da PGV dos imóveis nos últimos 04 (quatro) anos?	<ul style="list-style-type: none"> O Município deve demonstrar que, nos últimos quatro anos, propôs formalmente a revisão da Planta Genérica de Valores (PGV) dos imóveis urbanos, com vistas à atualização da base de cálculo do IPTU, em conformidade com a periodicidade recomendada pela Portaria MF nº 3.242/2022. A Portaria Ministerial 3.242/2022, que atualiza a Portaria 511/2009, prevê que "Art. 18. Os valores dos imóveis estimados para fins fiscais devem ser atualizados, no máximo, a cada quatro anos." Ou seja, não excepciona os municípios com população abaixo de 20 mil habitantes, como previa a Portaria 511/2009. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19238	Anexe a lei, o projeto de lei ou o decreto editado nos últimos 4 anos com a revisão ou proposta de revisão dos valores da Planta Genérica de Valores (PGV).	-	ANEXO	NÃO	(19237 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19239	O Município realizou, no ano atual, ao menos um procedimento de fiscalização, para fins de lançamento do IPTU, em relação a imóveis urbanisticamente não regulares dentro do perímetro urbano e/ou dentro das áreas de expansão urbana?	<ul style="list-style-type: none">O Município deve comprovar a realização, no exercício atual, de pelo menos uma ação de fiscalização com o objetivo de verificar e lançar o IPTU incidente sobre imóveis urbanisticamente irregulares localizados no perímetro urbano ou nas áreas de expansão urbana.Compete também ao Município realizar o lançamento retroativo do imposto, observando o prazo máximo de cinco anos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19240	Carregue o(s) relatório(s) de fiscalização em relação ao IPTU.	-	ANEXO	NÃO	(19239 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19241	O Município permite a emissão de guias de recolhimento de IPTU, pela internet e diretamente pelos contribuintes?	O Município deve disponibilizar, por meio de plataforma digital oficial, a funcionalidade que permita ao contribuinte emitir diretamente as guias de pagamento do IPTU, sem necessidade de solicitação presencial ou intermediação da administração tributária.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19242	Informe o link de acesso (URL) ao instrumento que permite a emissão de guias de recolhimento do IPTU.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19241 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19243	O Município utiliza canais de comunicação acessíveis e modernos — como WhatsApp — para promover a regularização espontânea de créditos tributários lançados e ainda não pagos, a exemplo do IPTU?	O Município deve empregar canais digitais de comunicação direta com os contribuintes, como WhatsApp, SMS, ou e-mail automatizado, para envio de lembretes, boletos ou negociações visando à quitação voluntária de débitos tributários vencidos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19244	O Município possui ato normativo que define o procedimento de avaliação do valor de mercado do imóvel para fins de ITBI?	<ul style="list-style-type: none">O Município deve dispor de norma municipal (decreto, portaria, instrução normativa ou instrumento equivalente) que estabeleça as regras, critérios ou metodologias a serem empregadas na avaliação do valor de mercado dos imóveis para o lançamento do ITBI.Elementos mínimos esperados no ato normativo: critérios de avaliação; hipóteses de avaliação; prazos e instrumentos de notificação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19245	Anexe o ato normativo municipal que define o procedimento de avaliação do valor de mercado do imóvel para fins de ITBI.	-	ANEXO	NÃO	(19244 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19246	O Município possui ato normativo que define o processo administrativo de contestação do valor declarado pelo contribuinte para fins de ITBI?	A legislação municipal deve prever o direito à contestação administrativa do valor atribuído ao imóvel para fins de cálculo do ITBI, definindo etapas, prazos, instância julgadora e meios de defesa.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19247	Anexe o ato normativo municipal que define o procedimento administrativo em casos de contestação do valor declarado pelo contribuinte para fins de ITBI.	-	ANEXO	NÃO	(19246 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19248	O Município permite a SOLICITAÇÃO da emissão de guias de recolhimento de ITBI, pela internet e diretamente pelos contribuintes?	O Município deve disponibilizar ambiente eletrônico oficial que permita ao contribuinte solicitar a guia de pagamento do ITBI sem necessidade de atendimento presencial.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV13. Gestão do IPTU e ITBI	19249	Informe o link de acesso (URL) ao instrumento que permite a solicitação da emissão de guias de recolhimento do ITBI.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19248 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19250	O Município adota programas, ações ou iniciativas que incentivem o contribuinte a requerer a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e)	<ul style="list-style-type: none">• O Município deve implementar iniciativas estruturadas e recorrentes que estimulem o contribuinte ou consumidor a solicitar a emissão de NFS-e, com foco na conscientização, no combate à sonegação e no aumento da arrecadação do ISS.• Exemplos: campanhas de conscientização, sorteios de prêmios, programas de devolução de parte do tributo ao consumidor ou parcerias com entidades locais.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19251	O Município adotou providências para viabilizar a emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) no padrão nacional, seja por meio da utilização de sistema próprio do município com integração à plataforma nacional ou pelo uso gratuito fornecido pela própria plataforma nacional?	<ul style="list-style-type: none">• O Município deve demonstrar que adotou providências formais para viabilizar a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) no padrão nacional, conforme exigência legal prevista na Lei Complementar nº 214/2025. • OBS.: a partir de janeiro de 2026, todos os municípios brasileiros deverão adotar obrigatoriamente o modelo nacional da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e), conforme estabelece a Lei Complementar nº 214/2025. • O item de avaliação será considerado atendido se o Município dispuser de uma das alternativas abaixo:- O Município firmou o Termo de Adesão ao Convênio da NFS-e nacional;OU- O Município integrou seu sistema próprio de NFS-e ao Ambiente de Dados Nacional, conforme especificações técnicas definidas pela RFB.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19252	Anexe a(s) evidência(s) que dispõe(m) sobre a utilização de NFS- e no padrão nacional a partir de 2026.	-	ANEXO	NÃO	(19251 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19253	O município realizou, no ano atual, ao menos um procedimento de fiscalização do ISS visando detectar contribuintes que deixaram de emitir notas fiscais por determinado período ou que apresentem queda acentuada em suas operações?	O Município deve demonstrar que realizou, no exercício atual, pelo menos um procedimento de fiscalização voltado à identificação de contribuintes que deixaram de emitir notas fiscais por período superior ao habitual ou que apresentaram queda acentuada e atípica nas operações tributáveis.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19254	Anexe o(s) relatório(s) de fiscalização do ISS.	-	ANEXO	NÃO	(19253 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19255	O Município realizou, no ano atual, ao menos um procedimento fiscalizador nos valores de faturamento declarados pelas empresas optantes do simples nacional?	<ul style="list-style-type: none">O Município deve demonstrar que executou, no exercício atual, ao menos uma ação de fiscalização voltada à verificação da veracidade dos valores de faturamento declarados por empresas enquadradas no Simples Nacional, com foco na base de cálculo do ISS.Essa ação contribui para a correção de distorções, a recuperação de receitas e o controle mais efetivo sobre os tributos declaratórios.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19256	Anexe o(s) relatório(s) de fiscalização sobre os valores de faturamento declarados pelas empresas optantes do simples nacional.	-	ANEXO	NÃO	(19255 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19257	O Município realizou, no ano atual, ao menos um procedimento fiscalizador nos valores declarados isentos pelas empresas optantes do simples nacional?	<ul style="list-style-type: none">O Município deve demonstrar que promoveu, no exercício atual, ao menos uma verificação formal dos valores informados como isentos do ISS pelas empresas optantes do Simples Nacional, avaliando a compatibilidade das isenções aplicadas com a legislação municipal vigente e a correspondência entre a isenção declarada e a atividade econômica efetivamente exercida pela empresa.Essa iniciativa permite evitar a indevida fruição de benefícios fiscais, promove justiça fiscal e protege a base tributável municipal.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19258	Anexe o(s) relatório(s) de fiscalização sobre os valores declarados isentos pelas empresas optantes do simples nacional.	-	ANEXO	NÃO	(19257 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19259	O Município possui norma vigente que exige que as instituições financeiras e equiparadas prestem Declaração Eletrônica do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (DES-IF)?	<ul style="list-style-type: none">• O Município deve demonstrar que possui norma vigente exigindo a obrigatoriedade de envio da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF) por parte das instituições financeiras e equiparadas estabelecidas em seu território.• Essa prática contribui para o aperfeiçoamento do controle sobre a arrecadação do ISS incidente sobre serviços financeiros, viabilizando análises mais precisas sobre a movimentação econômica do setor, além de permitir o cruzamento com bases externas, como as do Banco Central.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19260	Anexe o ato normativo municipal que regulamenta a exigência de que as instituições financeiras e equiparadas prestem Declaração Eletrônica do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (DES-IF).	-	ANEXO	NÃO	(19259 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19261	O Município realizou, no ano atual, procedimentos fiscalizatórios que comparem a movimentação econômica declarada pelas instituições financeiras por meio da DES-IF com a informada a outros órgãos, como ao Banco Central?	<ul style="list-style-type: none">• O Município deve ter realizado, no exercício atual, ao menos um procedimento fiscal voltado à análise comparativa entre os dados declarados pelas instituições financeiras por meio da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF) e aqueles fornecidos a outros órgãos de controle, como o Banco Central do Brasil.• Essa ação amplia a capacidade de detecção de subdeclarações ou omissões de receitas, fortalece o combate à evasão fiscal no setor financeiro e aprimora a justiça fiscal na arrecadação do ISS.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19262	Anexe o(s) relatório(s) de fiscalização que comparem a movimentação econômica declarada pelas instituições financeiras por meio da DES-IF com a informada a outros órgãos.	-	ANEXO	NÃO	(19261 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19263	O Município possui processo de trabalho formalizado que garanta o lançamento do ISS quando da emissão de atos administrativos de aceitação ou conclusão de obras?	<ul style="list-style-type: none">• O Município deve demonstrar que possui processo de trabalho formalizado — por meio de normativos, fluxos operacionais ou rotinas administrativas — que assegure o lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incidente sobre obras, no momento da emissão de atos administrativos de aceitação ou conclusão (como termos de recebimento definitivo ou provisório).• Essa prática contribui para a redução da sonegação fiscal no setor de construção civil, assegura o efetivo recolhimento do tributo devido e fortalece a justiça fiscal na arrecadação municipal.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19264	Anexe o ato normativo municipal que dispõe sobre o processo de trabalho que trata sobre o lançamento do ISS quando da emissão de atos administrativos de aceitação ou conclusão de obras.	-	ANEXO	NÃO	(19263 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19265	O Município realiza todas suas comunicações, relativas ao ISS, através do Domicílio Eletrônico Tributário (DET)?	<ul style="list-style-type: none">• O Município deve utilizar, de forma sistemática e exclusiva, o Domicílio Eletrônico Tributário (DET) como canal oficial para todas as comunicações formais com os contribuintes relacionadas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).• A ferramenta de DET deve permitir:<ul style="list-style-type: none">- O envio de notificações de lançamento, intimações, autos de infração, comunicados, avisos de débitos e demais atos administrativos relacionados ao ISS;	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

				<ul style="list-style-type: none"> - O registro de ciência e confirmação de recebimento pelo contribuinte, assegurando a validade jurídica da comunicação; - A preservação do histórico das comunicações efetuadas, garantindo rastreabilidade e transparência; - Mecanismos de autenticação de acesso e integridade das informações, como login seguro, protocolos de entrega e mecanismos de auditoria de acesso; - Regras definidas para considerar a comunicação efetivada (ex.: decurso de prazo após o envio, abertura da mensagem pelo contribuinte etc.), em conformidade com a legislação tributária. • Essa prática moderniza os processos de comunicação, reduz custos operacionais, assegura maior celeridade nos procedimentos fiscais e fortalece a segurança jurídica nas relações entre Fisco e contribuinte. 						
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19266	O Município permite a emissão de guias de recolhimento de ISS, pela internet e diretamente pelos contribuintes?	O Município deve dispor de sistema online acessível ao contribuinte para emissão direta de guias de pagamento do ISS, sem necessidade de atendimento presencial ou intermediação de servidores.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19267	Informe o link de acesso (URL) ao instrumento que permite a emissão de guias de recolhimento do ISS.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19266 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV14. Gestão do ISS	19268	O Município parametrizou seus sistemas informatizados para registrar e acompanhar, a partir de 2026, a arrecadação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços)?	O Município deve ter parametrizado, ou estar em fase final de parametrização, seus sistemas informatizados para registrar, acompanhar e integrar-se às futuras informações relativas ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), cuja implementação inicia-se a partir de 2026, nos termos do novo modelo tributário instituído pela Emenda Constitucional nº 132/2023.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q06. Impostos e taxas municipais	IV15. Taxas municipais	19269	O Município instituiu e regulamentou, por meio de lei, a Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos?	• O Município deve dispor de lei municipal vigente que institua formalmente a Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos, com a definição do fato gerador, base de cálculo, alíquota/valor e identificação do sujeito passivo. • Essa medida fortalece a sustentabilidade financeira da política de resíduos e contribui para o cumprimento da Lei 14.026/2020 (Novo Marco do Saneamento).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV15. Taxas municipais	19270	Anexe a lei que institui e regulamenta a Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos.	-	ANEXO	NÃO	(19269 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q06. Impostos e taxas municipais	IV15. Taxas municipais	19271	A legislação que institui a Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos considera que o serviço a ser prestado seja específico e divisível, ou seja, possa ser individualizado por contribuinte?	<ul style="list-style-type: none">• A norma que institui a taxa deve explicitar que o serviço é prestado de forma individualizada, permitindo a identificação de quem o utiliza.• Esse requisito atende ao princípio da divisibilidade, necessário para a validade jurídica da cobrança.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19269 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV15. Taxas municipais	19272	O município possui estudo técnico realizado nos últimos 10 anos com a estimativa do custo de operação dos serviços de coleta, manejo e destinação de resíduos sólidos?	<ul style="list-style-type: none">• O Município deve dispor de estudo técnico que contenha a metodologia de apuração dos custos reais do serviço de resíduos sólidos, elaborado nos últimos 10 anos.• Esse estudo é essencial para dar base técnica à instituição ou atualização da taxa.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV15. Taxas municipais	19273	Anexe o estudo técnico que apresente a estimativa do custo de operação dos serviços de coleta, manejo e destinação de resíduos sólidos.	-	ANEXO	NÃO	(19272 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV15. Taxas municipais	19274	A definição dos valores da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos foi definida com base no estudo técnico realizado?	Os valores cobrados a título de taxa devem ter sido definidos com base em estudo técnico que demonstre o custo de operação dos serviços de coleta, manejo e destinação de resíduos sólidos — ainda que posteriormente ajustado de forma justificada —, assegurando a observância aos princípios da legalidade e da modicidade.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19272 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV15. Taxas municipais	19275	A arrecadação da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos foi suficiente para financiar os serviços ao qual está vinculada, considerando o último exercício fiscal encerrado?	<ul style="list-style-type: none">• A receita arrecadada com a taxa deve ter custeado integralmente os custos dos serviços de coleta e destinação no último exercício.• Essa coerência fortalece o equilíbrio financeiro do serviço e evita subsídios indevidos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV15. Taxas municipais	19276	O município implementa estratégias alternativas para viabilizar a arrecadação da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos, como parcerias com concessionárias de serviços públicos para inclusão da cobrança nas faturas de água ou energia elétrica?	<ul style="list-style-type: none">• O Município deve apresentar documentos que evidenciem a parceria firmada com concessionária para viabilizar a cobrança da taxa na fatura de água, energia ou outro serviço, conforme admitido pela Lei 14.026/2020.• Essa medida amplia a efetividade da arrecadação e reduz inadimplência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q06. Impostos e taxas municipais	IV15. Taxas municipais	19277	Anexe o ato normativo, contrato ou convênio que formaliza a(s) estratégia(s) alternativa(s) adotada(s) para viabilizar a arrecadação da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos.	-	ANEXO	NÃO	(19276 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q07. Dívida ativa	IV16. Processos para cobrança extrajudicial da dívida ativa	19278	O município possui ato(s) normativo(s) que discipline(m) os processos de apuração, inscrição e cobrança administrativa (extrajudicial) dos créditos fiscais inscritos em dívida ativa?	O Município deve dispor de legislação tributária municipal ou atos normativos vigentes que estabeleçam o processo de cobrança extrajudicial dos créditos fiscais inscritos em dívida ativa.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor de dívida ativa municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q07. Dívida ativa	IV16. Processos para cobrança extrajudicial da dívida ativa	19279	Anexe o(s) ato(s) normativo(s) que disciplinam os processos de apuração, inscrição e cobrança administrativa (extrajudicial) de sua dívida ativa.	-	ANEXO	NÃO	(19278 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor de dívida ativa municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q07. Dívida ativa	IV16. Processos para cobrança extrajudicial da dívida ativa	19280	O ato normativo estabelece prazo máximo para apuração e inscrição em dívida ativa do crédito fiscal não quitado?	O ato normativo deve estabelecer expressamente o prazo máximo para que a Administração Tributária apure e promova a inscrição em dívida ativa dos créditos fiscais não quitados, após o vencimento do prazo de pagamento. Esse prazo deve ser claro e objetivo, de modo a garantir celeridade na constituição do crédito e evitar a perda de arrecadação por prescrição ou inércia administrativa.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19278 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor de dívida ativa municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q07. Dívida ativa	IV16. Processos para cobrança extrajudicial da dívida ativa	19281	O ato normativo prevê os responsáveis, instrumentos, as etapas e os respectivos prazos para a cobrança extrajudicial dos créditos fiscais inscritos em dívida ativa?	O ato normativo deve estabelecer expressamente: - Os responsáveis institucionais pela cobrança administrativa dos créditos inscritos em dívida ativa; - Os instrumentos ou meios de cobrança a serem utilizados (ex.: notificações, protesto em cartório, domicílio tributário eletrônico, envio ao SPC/SERASA, entre outros); - As etapas do processo de cobrança extrajudicial, desde a constituição definitiva do crédito até o esgotamento das tentativas administrativas; - Os prazos máximos para a realização de cada etapa, incluindo prazos para notificação, intimação, registro de protesto e encaminhamento para execução fiscal, quando aplicável.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19278 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor de dívida ativa municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q07. Dívida ativa	IV16. Processos para cobrança extrajudicial da dívida ativa	19282	O ato normativo estabelece o fluxo, os prazos e os documentos necessários para a formalização da comunicação entre a unidade responsável pela cobrança extrajudicial da dívida ativa e a Procuradoria Municipal, com vistas ao ajuizamento da execução fiscal?	O ato normativo deve estabelecer expressamente: - O fluxo de comunicação entre a unidade responsável pela cobrança extrajudicial dos créditos inscritos em dívida ativa e a Procuradoria Municipal; - Os prazos máximos para envio das informações e documentos necessários ao ajuizamento da execução fiscal após esgotadas as tentativas de cobrança administrativa; - A relação dos documentos obrigatórios a serem encaminhados à Procuradoria, incluindo a Certidão de Dívida Ativa (CDA) e demais elementos comprobatórios do crédito (notificações, histórico de cobrança, etc.).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19278 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor de dívida ativa municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q07. Dívida ativa	IV16. Processos para cobrança extrajudicial da dívida ativa	19283	O ato normativo prevê o processo de notificação extrajudicial dos contribuintes inscritos em dívida ativa tributária, previamente à execução fiscal?	<ul style="list-style-type: none">O ato normativo deve prever expressamente o procedimento de notificação extrajudicial dos contribuintes inscritos em dívida ativa antes do ajuizamento da execução fiscal, em conformidade com o art. 2º, §2º, da Resolução CNJ nº 547/2024, que reconhece essa notificação como solução administrativa válida.A norma deve disciplinar:<ul style="list-style-type: none">- Os prazos e meios de realização da notificação;- Os documentos e informações que devem constar na notificação, assegurando a ciência inequívoca do contribuinte quanto à dívida e às formas de regularização.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19278 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor de dívida ativa municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q07. Dívida ativa	IV16. Processos para cobrança extrajudicial da dívida ativa	19284	O ato normativo prevê o protesto como forma de cobrança extrajudicial dos créditos inscritos em dívida ativa?	<ul style="list-style-type: none"> O ato normativo deve prever expressamente a possibilidade de utilização do protesto extrajudicial como mecanismo de cobrança dos créditos inscritos em dívida ativa tributária, conforme autorizado pela Lei Federal nº 9.492/1997 e reforçado pela Resolução CNJ nº 547/2024 como uma solução administrativa válida. O normativo municipal deve indicar: <ul style="list-style-type: none"> A previsão do protesto da Certidão de Dívida Ativa (CDA) como medida de cobrança extrajudicial; Os critérios e procedimentos aplicáveis à utilização do protesto (ex.: prazos, fluxos, responsabilidades); Eventuais parcerias ou convênios para viabilizar a operacionalização da medida. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19278 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor de dívida ativa municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q07. Dívida ativa	IV16. Processos para cobrança extrajudicial da dívida ativa	19285	O ato normativo estabelece valor mínimo para o protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa?	O ato normativo deve prever expressamente um valor mínimo para a realização do protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa (CDA). A não realização do protesto, quando comprovadamente ineficiente, está em consonância com o disposto na Resolução CNJ nº 547/2024, a qual admite a dispensa desta medida quando evidenciada a ineficiência administrativa da cobrança. Embora o município não tenha custas cartorários, há custos operacionais que devem ser considerados para a definição deste valor mínimo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19278 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor de dívida ativa municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q07. Dívida ativa	IV16. Processos para cobrança extrajudicial da dívida ativa	19286	O Município possui lei que autorize o parcelamento de débitos inscritos em dívida ativa ainda na fase inicial de cobrança administrativa, isto é, antes do ajuizamento da execução fiscal ou do encaminhamento para protesto?	<ul style="list-style-type: none"> A legislação municipal deve prever expressamente a possibilidade de parcelamento dos débitos inscritos em dívida ativa durante a fase inicial de cobrança administrativa, antes da adoção de medidas judiciais (execução fiscal) ou do protesto extrajudicial. A existência de uma lei geral de parcelamento é uma hipótese de solução administrativa prevista no art. 2º, §1º, da Resolução CNJ nº 547/2024. A norma deve regulamentar: <ul style="list-style-type: none"> As condições e critérios gerais para o parcelamento, incluindo limites de valor, prazos e número de parcelas; O momento em que o parcelamento pode ser solicitado, assegurando que essa opção seja disponibilizada previamente ao ajuizamento ou protesto. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor de dívida ativa municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q07. Dívida ativa	IV16. Processos para cobrança extrajudicial da dívida ativa	19287	Anexe a lei que regulamenta o parcelamento de débitos inscritos em dívida ativa ainda na fase inicial de cobrança administrativa.		ANEXO	NÃO	(19286 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor de dívida ativa municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q07. Dívida ativa	IV16. Processos para cobrança extrajudicial da dívida ativa	19288	A lei que regulamenta o parcelamento prevê, quando da realização de um parcelamento da dívida ativa, uma entrada mínima do valor do débito?	O Município deve dispor de legislação vigente que estabeleça, de forma expressa, a obrigatoriedade de pagamento de entrada mínima sobre o valor do débito quando realizado parcelamento da dívida ativa.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19286 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor de dívida ativa municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q07. Dívida ativa	IV16. Processos para cobrança extrajudicial da dívida ativa	19289	A lei que regulamenta o parcelamento prevê, quando da realização de um parcelamento da dívida ativa, um número máximo de parcelas?	O Município deve dispor de legislação vigente que defina o número máximo de parcelas permitidas para a quitação de débitos inscritos em dívida ativa.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19286 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor de dívida ativa municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q07. Dívida ativa	IV16. Processos para cobrança extrajudicial da dívida ativa	19290	A lei que regulamenta o parcelamento prevê, quando da realização de um parcelamento da dívida ativa, um valor mínimo para cada parcela?	O Município deve dispor de legislação vigente que estabeleça, de forma clara e objetiva, o valor mínimo permitido para cada parcela dos débitos inscritos em dívida ativa parcelados.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19286 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor de dívida ativa municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q07. Dívida ativa	IV16. Processos para cobrança extrajudicial da dívida ativa	19291	O parcelamento dos débitos antes do ajuizamento da execução fiscal ou do encaminhamento para protesto pode ser realizado diretamente pelo site?	<ul style="list-style-type: none">• O Município deve comprovar que disponibiliza, em seu site oficial ou portal eletrônico, funcionalidade que permita ao contribuinte realizar, de forma autônoma, a solicitação de parcelamento de débitos inscritos em dívida ativa durante a fase de cobrança administrativa prévia ao ajuizamento da execução fiscal ou protesto.• O ambiente digital deve permitir ao contribuinte:<ul style="list-style-type: none">- Consultar os débitos passíveis de parcelamento;- Preencher e formalizar o pedido de parcelamento online, sem necessidade de atendimento presencial;- Gerar as guias para pagamento da entrada (se aplicável) e das parcelas subsequentes;- Receber informações claras sobre os termos do parcelamento (número de parcelas, prazos, encargos).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor de dívida ativa municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q07. Dívida ativa	IV16. Processos para cobrança extrajudicial da dívida ativa	19292	Informe o link de acesso (URL) para o parcelamento dos débitos antes do ajuizamento da execução fiscal ou do encaminhamento para protesto.		COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19291 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor de dívida ativa municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q07. Dívida ativa	IV16. Processos para cobrança extrajudicial da dívida ativa	19293	O Município implementa, como medida de cobrança extrajudicial, a inscrição de devedores da dívida ativa em entidades de proteção ao crédito (ex.: SPC, SERASA)?	O Município deve dispor de instrumento legal que autorize o uso de entidades de proteção ao crédito para a cobrança extrajudicial de créditos inscritos em dívida ativa, bem como instrumento formal de cooperação vigente (convênio, contrato ou equivalente) em efetiva execução.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor de dívida ativa municipal	-
Q07. Dívida ativa	IV16. Processos para cobrança extrajudicial da dívida ativa	19294	O Município firmou e mantém vigente convênio com a PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) para adesão ao CADIN Nacional (Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal), viabilizando a inscrição de devedores da dívida ativa municipal nesse sistema como medida de cobrança extrajudicial dos créditos inscritos em dívida ativa?	<ul style="list-style-type: none">• O Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN Nacional), regulamentado pela Lei nº 10.522/2002 e gerido pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), é um banco de dados que reúne informações sobre pessoas físicas e jurídicas com débitos vencidos e não pagos junto a órgãos e entidades da Administração Pública.• A inscrição de devedores no CADIN acarreta restrições relevantes, como a impossibilidade de receber benefícios fiscais, firmar convênios ou contratos com entes públicos e obter financiamentos em instituições oficiais de crédito.• Para os municípios, a adesão ao CADIN Nacional — gratuita — amplia a efetividade da cobrança extrajudicial, pois aumenta o impacto da inadimplência para o devedor, estimula a regularização voluntária dos débitos e não gera custos operacionais significativos, já que utiliza infraestrutura mantida pela União.• Para que a resposta seja considerada 'sim', o Município deve possuir convênio formalmente celebrado com a PGFN para adesão ao CADIN Nacional, mantê-lo vigente e efetivamente utilizar esse instrumento em suas rotinas de gestão.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor de dívida ativa municipal	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q07. Dívida ativa	IV16. Processos para cobrança extrajudicial da dívida ativa	19295	Anexe a cópia do convênio firmado com a PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) para adesão ao CADIN Nacional.	-	ANEXO	NÃO	(19294 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor de dívida ativa municipal	-
Q07. Dívida ativa	IV16. Processos para cobrança extrajudicial da dívida ativa	19296	O Município utiliza canais de comunicação acessíveis e modernos — como WhatsApp — para promover a regularização espontânea de créditos tributários inscritos na dívida ativa?	O Município deve empregar canais digitais de comunicação direta com os contribuintes, como WhatsApp, para envio de lembretes, boletos ou negociações visando à quitação voluntária de créditos tributários inscritos na dívida ativa.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor de dívida ativa municipal	-
Q07. Dívida ativa	IV17. Processos para cobrança judicial da dívida ativa	19297	O município possui ato(s) normativo(s) que discipline(m) o processo de cobrança judicial dos créditos fiscais inscritos em dívida ativa?	O Município deve dispor de legislação tributária ou ato normativo vigente que discipline o processo de cobrança judicial dos créditos fiscais inscritos em dívida ativa.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q07. Dívida ativa	IV17. Processos para cobrança judicial da dívida ativa	19298	Anexe o(s) ato(s) normativo(s) que disciplina(m) o processo de cobrança judicial dos créditos fiscais inscritos em dívida ativa.	-	ANEXO	NÃO	(19297 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q07. Dívida ativa	IV17. Processos para cobrança judicial da dívida ativa	19299	O ato normativo estabelece prazo máximo para que a Procuradoria Municipal promova o ajuizamento da execução fiscal após o recebimento da Certidão de Dívida Ativa (CDA)?	<ul style="list-style-type: none">• O Município deve dispor de legislação tributária ou ato normativo vigente que estabeleça, de forma expressa, o prazo máximo para que a Procuradoria Municipal ingresse com a ação de execução fiscal, contado a partir do recebimento da Certidão de Dívida Ativa (CDA) devidamente instruída com as informações e documentos necessários, encaminhados pela unidade responsável pela cobrança administrativa dos créditos inscritos.• Orienta-se que o normativo:<ul style="list-style-type: none">- Defina um prazo claro e objetivo (ex.: 30, 60 ou 90 dias) para o ajuizamento da execução fiscal após o recebimento da CDA;- Estabeleça a responsabilidade da Procuradoria Municipal pela observância desse prazo;- Preveja que a contagem do prazo somente se inicie após o recebimento da CDA completa e instruída com os documentos obrigatórios.• Essa prática fortalece a gestão eficiente da dívida ativa, reduz riscos de prescrição intercorrente e amplia a efetividade da cobrança judicial, em conformidade com os princípios de eficiência e economicidade.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19297 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q07. Dívida ativa	IV17. Processos para cobrança judicial da dívida ativa	19300	O ato normativo prevê os responsáveis, instrumentos, as etapas e seus prazos para a cobrança judicial dos créditos fiscais inscritos em dívida ativa?	<ul style="list-style-type: none">• O Município deve dispor de legislação ou ato normativo vigente que estabeleça, de forma expressa:<ul style="list-style-type: none">- Os responsáveis institucionais pela cobrança judicial dos créditos inscritos em dívida ativa, especialmente a Procuradoria Municipal ou órgão jurídico competente;- Os instrumentos e meios formais a serem utilizados na cobrança judicial, como ajuizamento de execução fiscal e o uso de ferramentas de pesquisa patrimonial (Bacenjud, Renajud, Infojud, etc.);	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19297 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

				<ul style="list-style-type: none"> - As etapas do processo de cobrança judicial, desde o recebimento da Certidão de Dívida Ativa (CDA) até o ingresso com a execução fiscal, incluindo análise jurídica da viabilidade do crédito, ajuizamento, petições de bloqueio de bens, monitoramento da tramitação e eventual extinção ou desistência fundamentada conforme legislação vigente; - Os prazos máximos para a realização de cada etapa, estabelecendo limites para análise preliminar, ajuizamento e adoção de providências processuais relevantes, com vistas a evitar riscos de prescrição intercorrente e inércia processual. 						
Q07. Dívida ativa	IV17. Processos para cobrança judicial da dívida ativa	19301	O ato normativo define os critérios e procedimentos que devem ser observados pela Procuradoria Municipal na análise prévia da viabilidade técnica e jurídica dos créditos inscritos em dívida ativa, antes do ajuizamento da execução fiscal, em especial dos créditos abaixo de 10 mil reais?	<ul style="list-style-type: none"> • O Município deve dispor de legislação ou ato normativo vigente que estabeleça de forma expressa os critérios e procedimentos para a análise de viabilidade técnica e jurídica, a ser realizada pela Procuradoria Municipal, antes do ajuizamento da execução fiscal de créditos inscritos em dívida ativa. • O ato normativo deve contemplar, no mínimo: <ul style="list-style-type: none"> - Critérios técnicos e jurídicos objetivos para análise prévia, como a verificação da identificação do devedor, a existência de bens penhoráveis, a tentativa prévia de conciliação ou solução administrativa, o valor atualizado do crédito e a prescrição; - Procedimentos específicos para a avaliação de créditos de pequeno valor (inferiores a R\$ 10.000,00), alinhados às diretrizes da Resolução CNJ nº 547/2024, que preveem a extinção de execuções fiscais de baixo valor em casos de ausência de interesse de agir ou ineficiência da medida; - A necessidade de análise documentada pela Procuradoria, com fundamentação sobre a viabilidade ou não do ajuizamento; - Indicação de prazos para a conclusão da análise e a devida comunicação com os setores de arrecadação e dívida ativa. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19297 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q07. Dívida ativa	IV17. Processos para cobrança judicial da dívida ativa	19302	O ato normativo estabelece os procedimentos a serem adotados pela Procuradoria Municipal — e por outros setores envolvidos, quando for o caso — com o objetivo de prevenir a ocorrência de prescrição intercorrente no curso da cobrança judicial da dívida ativa?	<ul style="list-style-type: none"> • O Município deve dispor de legislação ou ato normativo vigente que discipline de forma expressa os procedimentos internos a serem adotados pela Procuradoria Municipal e demais setores competentes, com o objetivo de prevenir a ocorrência de prescrição intercorrente nos processos de cobrança judicial da dívida ativa. • Orienta-se que o normativo estabeleça: <ul style="list-style-type: none"> - Responsabilidades institucionais de monitoramento dos prazos prescricionais em cada fase do processo judicial de execução fiscal; - Fluxo de comunicação entre a Procuradoria e as unidades de arrecadação ou de dívida ativa, para assegurar a atualização tempestiva das informações sobre o devedor e seus bens; - Adoção de controles e sistemas de alerta ou acompanhamento processual para garantir que os prazos de prescrição intercorrente sejam devidamente monitorados e não ultrapassados; - Ações preventivas e corretivas a serem adotadas em casos de risco de prescrição, como pedidos de diligências, reavaliação de medidas executórias ou encerramento do processo por falta de viabilidade. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19297 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q07. Dívida ativa	IV17. Processos para cobrança judicial da dívida ativa	19303	O ato normativo prevê uma majoração na multa de mora nos débitos inscritos em dívida ativa ajuizados ou protestados?	O Município deve dispor de legislação vigente que preveja expressamente a majoração da multa de mora aplicada aos débitos inscritos em dívida ativa que foram ajuizados ou protestados. Essa previsão deve estar devidamente amparada em lei e aplicada de forma clara e objetiva.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19297 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q07. Dívida ativa	IV17. Processos para cobrança judicial da dívida ativa	19304	O ato normativo prevê valor mínimo para ajuizamento das execuções fiscais?	O Município deve dispor de legislação ou ato normativo vigente que fixe valor mínimo do crédito tributário ou não tributário para o ajuizamento de execuções fiscais, de forma a racionalizar o uso da máquina pública e reduzir custos desproporcionais em processos de cobrança judicial.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19297 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q07. Dívida ativa	IV17. Processos para cobrança judicial da dívida ativa	19305	O ato normativo autoriza a transação como instrumento de cobrança judicial de créditos inscritos em dívida ativa, visando à regularização de débitos de difícil recuperação ou de pequeno valor?	<ul style="list-style-type: none">• O Município deve dispor de legislação ou ato normativo vigente que preveja, de forma expressa, a possibilidade de celebração de transação tributária para créditos inscritos em dívida ativa.• O normativo deve estabelecer:- A autorização para celebração de transações tributárias como forma de solução de litígios e extinção de créditos tributários inscritos em dívida ativa;- A previsão de que a transação se aplica especialmente a créditos de difícil recuperação, irrecuperáveis ou de pequeno valor, alinhando-se à Resolução CNJ nº 547/2024.- Os parâmetros mínimos da transação, como possibilidades de concessões (reduções, prazos diferenciados, garantias alternativas), as condições para adesão e a autoridade competente para aprovar os acordos.• O município de Blumenau/SC é uma das principais referências nacionais na implementação desse instrumento.• Obs.: a resposta a esta questão tem o objetivo exclusivamente informativo e não influenciará na pontuação obtida pelo Município na avaliação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	(19297 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q07. Dívida ativa	IV18. Mensuração e transparência da dívida ativa	19306	O Município divulga em seu site (ou portal da transparência), ao menos uma vez ao ano, informações sobre a dívida ativa tributária?	<ul style="list-style-type: none">• O Município deve comprovar que, pelo menos uma vez por ano, divulga em seu site oficial ou no portal da transparência informações completas sobre a dívida ativa tributária, contendo no mínimo:<ul style="list-style-type: none">- O montante inscrito no período;- O valor arrecadado no período;- O saldo atualizado da dívida ativa no encerramento do período divulgado.• A publicação deve ser realizada em área de acesso público e sem exigência de autenticação, de forma clara e acessível ao cidadão, podendo ser apresentada por meio de relatórios, painéis ou demonstrativos específicos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor de dívida ativa municipal	-
Q07. Dívida ativa	IV18. Mensuração e transparência da dívida ativa	19307	Informe o link de acesso (URL) que demonstre a publicação das informações sobre a dívida ativa tributária.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19306 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor de dívida ativa municipal	-
Q07. Dívida ativa	IV18. Mensuração e transparência da dívida ativa	19308	O Município disponibiliza em seu site ferramenta de busca dos devedores inscritos em dívida ativa, dispondo, no mínimo, de dados referentes ao nome do inscrito e o valor total da dívida?	<ul style="list-style-type: none">• O Município deve demonstrar que disponibiliza em seu site oficial, ou em portal de transparência, uma ferramenta de consulta pública ou listagem que permita a identificação dos devedores inscritos em dívida ativa tributária.• A divulgação deve observar os seguintes critérios:<ul style="list-style-type: none">- Ser acessível ao público, sem exigência de autenticação;- Apresentar, no mínimo, o nome ou razão social do devedor, o valor total da dívida consolidada e a data de inscrição em dívida ativa;- Omitir dados sensíveis ou pessoais não essenciais, como CPF, endereço, telefone ou outras informações que não sejam necessárias ao interesse público.• A divulgação deve estar amparada no Art. 198, § 3º, II do Código Tributário Nacional (CTN), que autoriza a publicação de informações sobre a dívida ativa. Contudo, deve-se respeitar as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para garantir a privacidade dos contribuintes.• Essa prática fortalece a transparência fiscal e permite o acesso da sociedade às informações sobre a dívida ativa, sem comprometer a proteção de dados pessoais.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor de dívida ativa municipal	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q07. Dívida ativa	IV18. Mensuração e transparência da dívida ativa	19309	Informe o link de acesso (URL) da ferramenta permite a busca de devedores inscritos em dívida ativa.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19308 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor de dívida ativa municipal	-
Q07. Dívida ativa	IV18. Mensuração e transparência da dívida ativa	19310	O Município reconhece contabilmente o Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber (em conta redutora de seus ativos) em razão das prováveis perdas de ativos inscritos em dívida ativa?	O Município deve efetuar, de forma sistemática, o reconhecimento contábil do Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber em conta redutora dos ativos, relativo aos créditos inscritos em dívida ativa cuja recuperação seja considerada improvável. Essa prática deve estar alinhada às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e às orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assegurando que o ativo tributário esteja registrado pelo seu valor líquido recuperável.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Contador(a) municipal	-
Q07. Dívida ativa	IV18. Mensuração e transparência da dívida ativa	19311	Para embasar os registros de Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber por parte da Contabilidade, o Município realiza estudos para mensurar adequadamente as prováveis perdas dos créditos tributários inscritos em dívida ativa, a fim de não superestimar nem subavaliar seu patrimônio?	<ul style="list-style-type: none"> • O Município deve demonstrar que realiza, ao menos uma vez ao ano, estudos técnicos ou análises estatísticas com o objetivo de estimar as perdas prováveis associadas aos créditos tributários inscritos em dívida ativa. • O estudo deve embasar o registro contábil do Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber, observando critérios objetivos que assegurem a fidedignidade do patrimônio, conforme exigido pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), evitando superavaliações ou subavaliações no Balanço Patrimonial. • O levantamento deve contemplar: <ul style="list-style-type: none"> - Histórico de recuperação dos créditos inscritos (percentuais de inadimplência e de recuperação nos últimos exercícios); - Análise do perfil dos créditos (ex.: tempo de inscrição em dívida ativa, valor dos débitos, natureza tributária, existência de garantias ou ações judiciais em curso); - Consideração de fatores econômicos ou institucionais que impactem a probabilidade de recebimento. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor de dívida ativa municipal	-
Q07. Dívida ativa	IV18. Mensuração e transparência da dívida ativa	19312	Anexe o estudo que tenha embasado os registros contábeis relativos ao ajuste de perdas de créditos tributários inscritos em dívida ativa.	-	ANEXO	NÃO	(19311 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor de dívida ativa municipal	-
Q07. Dívida ativa	IV18. Mensuração e transparência da dívida ativa	19313	O Município utiliza sistema informatizado para a gestão da dívida ativa tributária, com funcionalidades que permitam o controle da inscrição, prescrição, parcelamento e cobrança administrativa e judicial?	<ul style="list-style-type: none"> • O Município deve adotar sistema informatizado específico para a gestão da dívida ativa tributária, com funcionalidades que viabilizem o controle integral do ciclo de cobrança, desde a inscrição dos créditos até a sua extinção, incluindo as etapas de prescrição, parcelamento e cobrança administrativa e judicial. • O sistema deve assegurar: <ul style="list-style-type: none"> - Registro eletrônico das inscrições em dívida ativa, com geração de Certidão de Dívida Ativa (CDA); - Controle automatizado dos prazos de prescrição, com alertas e registros de atos interruptivos (ex.: protesto, ajuizamento, parcelamento); - Módulo de parcelamento, com cálculo automático de parcelas, emissão de guias de pagamento e controle de inadimplência; - Funcionalidades para a gestão da cobrança administrativa (ex.: notificações, envio ao protesto, inclusão em cadastros de inadimplentes); - Registro e acompanhamento das ações de cobrança judicial (execuções fiscais), com interface para controle processual. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor de dívida ativa municipal	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV19. Adequação e regulamentação do sistema informatizado de AFO	19314	O Município possui ato normativo que institui o Sistema de Execução Orçamentária e Financeira?	O Município deve apresentar ato normativo vigente (decreto, portaria, instrução normativa ou instrumento equivalente) que institua formalmente o Sistema de Execução Orçamentária e Financeira, estabelecendo suas finalidades e abrangência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV19. Adequação e regulamentação do sistema informatizado de AFO	19315	Anexe o ato normativo municipal que instituiu o Sistema de Execução Orçamentária e Financeira.	-	ANEXO	NÃO	(19314 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV19. Adequação e regulamentação do sistema informatizado de AFO	19316	A responsabilidade pela gestão do Sistema de Execução Orçamentária e Financeira Municipal está prevista no ato normativo?	O ato normativo que institui o sistema deve designar explicitamente a unidade administrativa ou autoridade responsável pela sua gestão.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19314 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV19. Adequação e regulamentação do sistema informatizado de AFO	19317	O Município possui ato normativo que regulamente o controle de acesso, a integridade dos dados e a segurança do uso do sistema?	O ato normativo deve estabelecer regras claras de controle de acesso, integridade dos dados e segurança do sistema.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV19. Adequação e regulamentação do sistema informatizado de AFO	19318	Anexe o ato normativo municipal que prevê a regulamentação do controle de acesso, da integridade e da segurança do sistema.	-	ANEXO	NÃO	(19317 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV19. Adequação e regulamentação do sistema informatizado de AFO	19319	O ato normativo estabelece o processo de cadastramento e as responsabilidades dos cadastradores no sistema de execução orçamentária e financeira?	O ato normativo deve prever regras formais para o cadastramento de usuários no sistema, bem como a atribuição de responsabilidades aos cadastradores.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19317 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV19. Adequação e regulamentação do sistema informatizado de AFO	19320	O ato normativo estabelece os parâmetros de segurança do sistema de execução orçamentária e financeira?	O ato normativo deve definir parâmetros objetivos de segurança do sistema (ex.: senhas, acessos, restrições de exclusão de dados).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19317 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de finanças	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV19. Adequação e regulamentação do sistema informatizado de AFO	19321	Os parâmetros de segurança estabelecidos no ato normativo preveem diferentes níveis de acesso às informações do sistema de execução orçamentária e financeira?	O ato normativo deve prever a segregação de perfis de acesso, garantindo diferentes níveis de permissão (ex.: execução, controle, consulta).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19317 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV19. Adequação e regulamentação do sistema informatizado de AFO	19322	O Sistema de Execução Orçamentária e Financeira utilizado pela Prefeitura Municipal é utilizado também pelo Poder Legislativo?	O sistema deve ser compartilhado com o Poder Legislativo, conforme exigências de integração do Siafic.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV19. Adequação e regulamentação do sistema informatizado de AFO	19323	O Sistema de Execução Orçamentária e Financeira utilizado pela Prefeitura Municipal é o mesmo utilizado por outros setores estruturantes do município?	O sistema deve ser único e compartilhado com outros setores estruturantes (ex.: tributação e folha de pagamento, garantindo integração).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV19. Adequação e regulamentação do sistema informatizado de AFO	19324	O Sistema de Execução Orçamentária e Financeira impede a exclusão direta de registros, ou seja, impondo que correções ou anulações sejam feitas por meio de novos registros, preservando o registro histórico dos atos?	O sistema deve estar parametrizado de forma a impedir a exclusão direta de registros, preservando o histórico. Ou seja, impõe que correções ou anulações sejam feitas por meio de novos registros, preservando o registro histórico dos atos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV19. Adequação e regulamentação do sistema informatizado de AFO	19325	O Sistema de Execução Orçamentária e Financeira permite a emissão das demonstrações contábeis e dos demonstrativos fiscais, orçamentários, patrimoniais, econômicos e financeiros previstos na legislação sem necessidade de ajustes?	O sistema deve gerar automaticamente todos os demonstrativos exigidos pela legislação, sem necessidade de manipulação externa.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV19. Adequação e regulamentação do sistema informatizado de AFO	19326	O Sistema de Execução Orçamentária e Financeira mantém mecanismos de controle de acesso de usuários baseados na segregação das funções de execução orçamentária e financeira, de controle e de consulta?	O sistema deve permitir a segregação de funções de acordo com perfis de acesso definidos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV19. Adequação e regulamentação do sistema informatizado de AFO	19327	O Sistema de Execução Orçamentária e Financeira mantém controle da concessão e da revogação das senhas de acesso ao sistema?	O sistema deve registrar a concessão, alterações e revogação de senhas de acesso dos usuários.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV19. Adequação e regulamentação do sistema informatizado de AFO	19328	O Sistema de Execução Orçamentária e Financeira mantém cópia de segurança da base de dados que permita a sua recuperação em caso de incidente ou de falha, com periodicidade diária?	Para que a resposta seja considerada "sim", deve-se ter rotina diária de backup e que esses backups permitam recuperação integral dos dados.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV19. Adequação e regulamentação do sistema informatizado de AFO	19329	O Sistema de Execução Orçamentária e Financeira está parametrizado de modo a permitir a contabilização por centro de custo?	<ul style="list-style-type: none"> • O Sistema de Execução Orçamentária e Financeira deve estar parametrizado de modo a permitir a contabilização por centro de custo, ou seja, estar apto a registrar, classificar e segregar as despesas e receitas de acordo com unidades organizacionais, projetos, programas ou áreas previamente definidas. • A contabilização por centro de custo é essencial para melhorar a transparência na utilização dos recursos públicos, fortalecer o controle gerencial e possibilitar análises mais precisas de custos e resultados de cada setor, programa ou projeto. Essa funcionalidade contribui diretamente para a eficiência da gestão pública, permitindo identificar desvios, otimizar gastos e subsidiar decisões estratégicas. • Tecnicamente, o sistema deve: <ul style="list-style-type: none"> - Permitir a criação e manutenção de centros de custo vinculados às unidades administrativas ou áreas de responsabilidade; - Registrar automaticamente as transações orçamentárias, financeiras e patrimoniais já associadas ao centro de custo correspondente; - Gerar relatórios gerenciais e contábeis segregados por centro de custo, de forma integrada com os demais módulos do sistema; - Garantir que a segregação das informações não exija controles manuais paralelos ou planilhas externas. • Evidências esperadas: listagem hierarquizada dos centros de custo ativos, com a identificação dos responsáveis por cada unidade; extrato de lançamento contábil contendo o centro de custo registrado na partida dobrada; relatório consolidado que demonstre os custos agregados por centro de custo. • Evidências não aceitas: listagens de centros de custo sem identificação dos responsáveis ou desatualizadas; relação parcial ou incompleta dos centros de custo existentes; extratos contábeis sem referência explícita ao centro de custo ou com lançamentos genéricos; relatórios sem consolidação por centro de custo, com dados meramente descritivos ou sem valores numéricos; prints de telas que não permitam verificar a integridade e completude das informações. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19330	O município dispõe de ato normativo que define a estrutura organizacional da administração fazendária municipal?	O Município deve apresentar ato normativo oficial que contenha organograma oficial e descrição das competências das unidades que constem no próprio ato normativo ou anexo a ele.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19331	Anexe o ato normativo municipal que define a estrutura organizacional da administração fazendária municipal.	-	ANEXO	NÃO	(19330 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de finanças	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19332	O Município possui plano de cargos e carreiras (ou similar) que discipline as atribuições e o exercício da totalidade dos servidores da administração fazendária municipal?	<ul style="list-style-type: none"> O Município deve dispor de atos normativos vigentes (ex.: Lei Complementar, Lei Ordinária, Estatuto do Servidor, Plano de Cargos e Carreiras ou instrumento equivalente) que:- Estabeleça formalmente as atribuições e responsabilidades dos cargos efetivos vinculados às unidades responsáveis pela administração fazendária municipal.- Discipline critérios e regras para ingresso e progressão desses servidores.- Abranja integralmente os cargos e funções das áreas que tipicamente compõem a administração fazendária municipal, tais como: i) Administração Tributária: cadastro imobiliário, lançamento, arrecadação e fiscalização de tributos (IPTU, ITBI, ISS, taxas e contribuições), cobrança da dívida ativa e condução de processos administrativos tributários. ii) Contabilidade Pública: registro, controle e consolidação da execução orçamentária, financeira e patrimonial. iii) Tesouraria: programação financeira, execução de pagamentos, guarda e movimentação de numerário. iv) Planejamento Orçamentário e Financeiro: elaboração, acompanhamento e avaliação do PPA, LDO e LOA, incluindo estudos e projeções de receita e despesa. v) Controle e Gestão da Dívida: interna e externa, mobiliária ou contratual.- OBS.: caso o Município distribua essas atribuições entre diferentes secretarias, espera-se que cada uma delas possua cargos e funções previstos em ato normativo que regulamente atribuições e critérios de exercício para os servidores que as compõem. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19333	O Município dispõe de carreira própria, de nível superior, estruturada para o cargo de auditor, fiscal de tributos ou similar?	A legislação municipal vigente deve prever carreira específica de nível superior para auditor, fiscal de tributos ou cargo equivalente, com atribuições claras.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19334	Anexe o ato normativo municipal que regulamenta o cargo de auditor, fiscal de tributos ou similar.	-	ANEXO	NÃO	(19333 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19335	Todos os cargos efetivos de auditor, fiscal de tributos ou equivalente, previstos no quadro de pessoal do município, encontram-se atualmente providos ou em processo de provimento?	<ul style="list-style-type: none"> Todos os cargos efetivos previstos para a carreira de auditor ou de fiscal de tributos devem estar ocupados por servidores concursados ou, em caso de vacância, contar com concurso público aberto ou em andamento, com vagas suficientes para o provimento integral do quadro. Essa prática deve evidenciar a estruturação adequada da administração tributária municipal, assegurando a ocupação dos cargos técnicos por profissionais devidamente habilitados, o que contribui para a eficiência, a continuidade dos serviços e a observância do princípio do concurso público. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19333 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19336	O município define metas para a atuação do ocupante do cargo de auditor, fiscal de tributos ou similar?	<ul style="list-style-type: none"> O Município deve ter instituído metas claras e mensuráveis para a atuação dos auditores ou fiscais de tributos, alinhadas aos objetivos de arrecadação e fiscalização. Exemplos: <ul style="list-style-type: none"> Meta de fiscalização de contribuintes: Realizar a fiscalização de, no mínimo, 5% dos contribuintes de ISS cadastrados no Município até o final do exercício. Meta de cumprimento de notificações: Emitir e acompanhar, dentro do prazo legal, 100% das notificações e autos de infração oriundos das ações fiscalizatórias. Meta de auditoria documental: Concluir a auditoria de todas as empresas enquadradas no Simples Nacional que apresentarem variação atípica de faturamento, no prazo de 120 dias após a identificação. Meta de atendimento a denúncias: Apurar e concluir a análise de 100% das denúncias recebidas pela administração tributária em até 120 dias. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19333 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de finanças	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19337	Anexe o plano de trabalho ou de metas do exercício corrente estabelecido para cada auditor ou fiscal de tributos investido no cargo.	-	ANEXO	NÃO	(19336 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19338	O Município possui cargo efetivo, de nível superior, destinado ao desempenho da atribuição de gestão do planejamento orçamentário municipal?	O Município deve dispor de lei do quadro de pessoal ou plano de cargos e salários vigente que discipline as atribuições relacionadas à gestão do planejamento orçamentário municipal, contendo descrição clara das competências, requisitos para provimento e, quando aplicável, a estrutura de progressão funcional.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19339	Anexe o ato normativo municipal que regulamenta o cargo que desempenha a atribuição de gestão do planejamento orçamentário municipal.	-	ANEXO	NÃO	(19338 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19340	O responsável pela contabilidade municipal ocupa cargo efetivo?	O Município deve comprovar que o responsável legal pela contabilidade é servidor concursado, conforme exigências da legislação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19341	Anexe o ato de nomeação ou documento oficial que comprove que o servidor possui vínculo efetivo.	-	ANEXO	NÃO	(19340 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19342	Há segregação de funções (divisão de responsabilidades) nos processos de trabalho referentes às áreas de orçamento, contabilidade e tesouraria?	As funções exercidas nas áreas de planejamento e gestão orçamentária, tesouraria e contabilidade devem ser atribuídas a servidores diferentes, garantindo a devida segregação de funções e evitando a sobreposição de responsabilidades relevantes.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19343	O Município possui metodologia institucional formalmente estabelecida para orientar as secretarias e áreas técnicas a elaborarem estudos que indiquem o quantitativo de profissionais necessários ao desempenho de suas atividades?	O Município deve comprovar a existência de metodologia institucional formalmente estabelecida (por exemplo, em portaria ou instrução normativa) que: - Estabeleça diretrizes, critérios e procedimentos para orientar secretarias e áreas técnicas na elaboração de estudos sobre o quantitativo de profissionais necessários ao desempenho de suas atividades; - Indique parâmetros objetivos de dimensionamento, como mapeamento de processos de trabalho, levantamento do volume de demandas e da complexidade das tarefas e dos prazos legais.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19344	Anexe o ato normativo municipal que define a metodologia institucional formalmente estabelecida para orientar as secretarias e áreas técnicas a elaborarem estudos que indiquem o quantitativo de profissionais necessários ao desempenho de suas atividades.	-	ANEXO	NÃO	(19343 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19345	O Município dispõe de estudo, realizado nos últimos 4 anos, que indique o quantitativo ideal de profissionais necessários para o departamento de administração tributária?	O Município deve dispor de estudo técnico, realizado nos últimos 4 anos, que defina de forma objetiva o quantitativo ideal de profissionais necessários ao departamento de administração tributária.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19346	Anexe o estudo realizado pelo Município para dimensionar o quantitativo ideal de profissionais para o departamento de administração tributária.	-	ANEXO	NÃO	(19345 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19347	O atual quantitativo de profissionais para o desempenho das atividades de administração tributária está de acordo com o que foi diagnosticado no estudo?	O número de servidores lotados no departamento de administração tributária deve estar em conformidade com o quantitativo ideal definido pelo estudo mencionado anteriormente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19345 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19348	O Município dispõe de Plano de Capacitação Permanente para os profissionais da administração tributária?	O Município deve possuir plano de capacitação institucionalizado do exercício corrente, ou cronograma oficial de treinamentos, que contemple ações contínuas de capacitação para servidores da administração tributária.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19349	Anexe o Plano de Capacitação Permanente dos profissionais da administração tributária.	-	ANEXO	NÃO	(19348 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19350	O município dispõe de estudo, realizado nos últimos 2 anos, que indique a necessidade dos recursos materiais e tecnológicos necessários para a atuação do departamento de administração tributária?	O Município deve dispor de estudo técnico, concluído nos últimos 2 anos, que identifique e detalhe as necessidades de recursos materiais (mobiliário, equipamentos, infraestrutura) e tecnológicos (sistemas, softwares, equipamentos de TI) necessários ao adequado funcionamento do departamento de administração tributária.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19351	Anexe o estudo realizado pelo Município levantar os recursos materiais e tecnológicos necessários para a atuação do departamento de administração tributária.	-	ANEXO	NÃO	(19350 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19352	A atual disponibilidade de recursos materiais e tecnológicos necessários para a atuação do departamento de administração tributária está de acordo com o que foi diagnosticado no estudo?	Os recursos materiais e tecnológicos disponíveis atualmente no departamento de administração tributária devem corresponder às necessidades levantadas no estudo mencionado anteriormente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19350 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19353	O Município dispõe de estudo, realizado nos últimos 4 anos, que indique o quantitativo ideal de profissionais necessários para os departamentos de contabilidade e tesouraria?	O Município deve dispor de estudo técnico, realizado nos últimos 4 anos, que defina de forma objetiva o quantitativo ideal de profissionais necessários para os departamentos de contabilidade e tesouraria.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19354	Anexe o estudo realizado pelo Município para dimensionar o quantitativo ideal de profissionais para os departamentos de contabilidade e tesouraria.	-	ANEXO	NÃO	(19353 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19355	O atual quantitativo de profissionais para o desempenho das atividades de contabilidade e tesouraria está de acordo com o que foi diagnosticado no estudo?	O número de servidores lotados no departamento de contabilidade e tesouraria deve estar em conformidade com o quantitativo ideal definido pelo estudo mencionado anteriormente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19353 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19356	O Município dispõe de Plano de Capacitação Permanente para os profissionais da contabilidade e da tesouraria?	O Município deve possuir plano de capacitação institucionalizado do exercício corrente, ou cronograma oficial de treinamentos, que contemple ações contínuas de capacitação para servidores da contabilidade e tesouraria.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19357	Anexe o Plano de Capacitação Permanente dos profissionais da contabilidade e da tesouraria.	-	ANEXO	NÃO	(19356 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de finanças	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19358	O município dispõe de estudo, realizado nos últimos 2 anos, que indique a necessidade dos recursos materiais e tecnológicos necessários para a atuação do departamento de contabilidade e tesouraria?	O Município deve dispor de estudo técnico, concluído nos últimos 2 anos, que identifique e detalhe as necessidades de recursos materiais (mobiliário, equipamentos, infraestrutura) e tecnológicos (sistemas, softwares, equipamentos de TI) necessários ao adequado funcionamento do departamento de contabilidade e tesouraria.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19359	Anexe o estudo realizado pelo Município para levantar os recursos materiais e tecnológicos necessários para a atuação do departamento de contabilidade e tesouraria.	-	ANEXO	NÃO	(19358 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de finanças	-
Q08. Recursos humanos, materiais e tecnológicos	IV20. Estrutura e recursos da administração fazendária municipal	19360	A atual disponibilidade de recursos materiais e tecnológicos necessários para a atuação do departamento de contabilidade e tesouraria está de acordo com o que foi diagnosticado no estudo?	Os recursos materiais e tecnológicos disponíveis atualmente nos departamentos de contabilidade e tesouraria devem corresponder às necessidades levantadas no estudo mencionado anteriormente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19358 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de finanças	-